

EM ALTA



Ricardo Stuckert / PR

‘Esse Lula volta inteiro para cuidar do Brasil’, disse presidente ao receber alta no último domingo, em São Paulo. Presidente retornou às atividades de trabalho logo no primeiro dia fora do hospital, reunindo-se com o ministro da Fazenda Fernando Haddad na última segunda-feira, 16, para tratar da agenda econômica

focus
BRASIL

Fundação Perseu Abramo 17 de dezembro de 2024 Nº 172

Em plena recuperação, Lula refuta especuladores e está de volta ao trabalho

E agora Faria Lima? Economia surpreende e críticos “aceitam” planos do governo

Com boas notícias e metas a cumprir, Brasil se prepara sediar COP 30

Diretoria da FPA faz avaliação das atividades do ano e aponta desafios para 2025



A REALIDADE BRASILEIRA
E OS DESAFIOS DO PARTIDO DOS TRABALHADORES

PAINÉIS PREPARATÓRIOS
DIAS: 5, 12 E 26/11 - ÀS 19H

TEMAS:

- A NOVA REALIDADE BRASILEIRA E OS DESAFIOS DO PT
- O NOVO MUNDO DO TRABALHO
- COMUNICAÇÃO E AS NOVAS FORMAS DE SOCIABILIDADE

EVENTOS HÍBRIDOS **INSCRIÇÕES LIMITADAS**

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO
R. Francisco Cruz, 234
Vila Mariana, São Paulo - SP

ASSISTA EM: FundacaoPerseuAbramo



»» PROGRAMA
Reconexão Periferias

exibido quinzenalmente, às terças, 17h no canal da FPA

ACOMPANHE : [/FundacaoPerseuAbramo](https://FundacaoPerseuAbramo)




FUNDAÇÃO Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores


CONVITE

Lançamento do livro Segurança Pública de Benedito Mariano

Uma coletânea de artigos que integra segurança pública, direitos humanos e democracia, com prefácio de Tarso Genro


16/12
A partir das 18h30

Local: Unibes Cultural, 5º andar (R. Oscar Freire, 2500, São Paulo-SP)



O calcanhar de Aquiles da esquerda e do campo democrático

Confirmar presença em:
<https://bit.ly/unibes1612>



focus
BRASIL

Uma publicação da Fundação Perseu Abramo

Diretor de Comunicação: Alberto Cantalice

Coordenador de Comunicação: Pedro Camarão

Coordenador editorial: Guto Alves

Colaboradores: Claudia Rocha, Fernanda Estima, Fernanda Otero, Henrique Nunes e Nathalie Nascimento



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente: Paulo Okamoto

Vice-presidenta: Brenno César Gomes de Almeida

Diretoras: Elen Coutinho, Mônica Valente e Naiara Raiol

Diretores: Alberto Cantalice, Alexandre Macedo de Oliveira, Carlos Henrique Áraabe, Jorge Bittar e Valter Pomar

CONSELHO CURADOR

Presidenta: Eleonora Menicucci

Conselheiros: Ana Carolina Moura Melo Dartora, Ana Maria de Carvalho Fontenele, Arthur Chioro, Azilton Ferreira Viana, Camila Vieira dos Santos, Celso Luiz Nunes Amorim, Dilson de Moura Peixoto Filho, Eliane Aquino Custódio, Elisa Guaraná de Castro, Esther Bemerguy de Albuquerque, Everaldo de Oliveira Andrade, Fernando Damata Pimentel, Fernando Dantas Ferro, Francisco José Pinheiro, Iole Ilíada Lopes, José Roberto Paludo, José Zunga Alves de Lima, Laís Wendel Abramo, Luciano Cartaxo Pires de Sá, Luiza Borges Dulci, Maria Isolda Dantas de Moura, Nabil Georges Bonduki, Nilma Lino Gomes, Paulo Gabriel Soledade Nacif, Sandra Maria Sales Fagundes, Sergio Nobre, Tereza Helena Gabrielli Barreto, Vladimir de Paula Brito.

SETORIAIS

Coordenadores: Elisângela Araújo (Agrário), Henrique Donin de Freitas Santos (Ciência e Tecnologia e Tecnologia da Informação), Martvs Antonio Alves das Chagas (Combate ao Racismo), Juscelino França Lopo (Comunitário), Márcio Tavares dos Santos Chapas (Cultura), Adriano Diogo (Direitos Humanos), Tatiane Valente (Economia Solidária), Maria Teresa Leitão de Melo (Educação), Alex Sandro Gomes (Esporte e Lazer), Janaína Barbosa de Oliveira (LGBT), Anne Moura (Mulheres), Nádia Garcia (Juventude) Nilto Ignacio Tatto (Meio Ambiente e Desenvolvimento), Rubens Linhares Mendonça Lopes Chapas (Pessoas com Deficiência), Eliane Aparecida da Cruz (Saúde) e Paulo Aparecido Silva Cayres (Sindical)

CONTATOS

webmaster@fpabramo.org.br

Endereço: Rua Francisco Cruz, 234 Vila Mariana
São Paulo (SP) – CEP 04117-091

Telefone: (11) 5571-4299 Fax: (11) 5573-3338



MUITO TRABALHO

Um dia depois da alta hospitalar, o presidente Lula se encontrou com o ministro da Fazenda Fernando Haddad, em São Paulo, onde se mantém por orientação médica. No encontro com o presidente, Haddad detalhou o andamento das propostas e destacou a preocupação do presidente com a integridade das medidas econômicas enviadas ao Legislativo. “O apelo que ele está fazendo é para que as medidas fiscais não sejam desidratadas. Temos um conjunto de ações que garantem a robustez do arcabouço fiscal e estamos muito convencidos de que vamos continuar cumprindo as metas fiscais nos próximos anos”, afirmou o ministro. **pág. 05**

CARTA AO LEITOR

O sucesso da economia nacional derrotará a extrema direita, por Alberto Cantalice **pág. 04**

CAPA

Em alta, Lula destaca avanços: “Tudo que foi planejado, estamos cumprindo” **pág. 05**

TRABALHO

Lula: “2025 será o ano da colheita”; leia destaques de entrevista do presidente ao Fantástico **pág. 07**

ANÁLISE

Pesquisa Quaest aponta desafios para a segunda metade do governo **pág. 08**

NOVOS DESAFIOS

Com redução do desmatamento e metas para diminuir efeito estufa, Brasil se prepara sediar COP 30 **pág. 10**

CONQUISTAS

E agora, Faria Lima? Economia surpreende e faz críticos aceitarem (ou quase) planos do governo federal

pág. 13

O ANO

Diretoria da FPA faz avaliação das atividades do ano e aponta desafios para 2025

pág. 15

ECONOMIA

Agenda econômica: o Brasil dá certo, de Lígia Toneto.

pág. 20

ARTIGO

Balço: um período de gestão de alinhamento com os desafios do PT, por Paulo Okamoto

pág. 24

ENTREVISTA

“O Brasil é forte o suficiente para priorizar seus interesses”, diz Arlindo Chinaglia

pág. 28

ENTREVISTA

Paulo Okamoto: “O futuro é feito de esperança e ação”

pág. 19

POLÍTICA

Ipespe: 59% dos brasileiros têm certeza de que houve tentativa de golpe

pág. 36

SAÚDE

PRESIDENTE Parlamentares do PT comemoram alta hospitalar de Lula após cirurgia

pág. 37

INTERNACIONAL

A semana no mundo

pág. 40

CULTURA

Setor cultural é contemplado na Reforma Tributária, destaca MinC

pág. 42



O sucesso da economia nacional derrotará a extrema direita

Volátil como a questão climática, a inflação de demanda não necessitava de um aumento de 1 ponto percentual na taxa de juros. Foi excesso de ortodoxia do Banco Central. Vai custar caro

Alberto Cantalice

Em recente entrevista ao Programa *Fantástico*, da Rede Globo, o presidente Lula asseverou: “Ninguém no mercado tem mais responsabilidade fiscal do que eu”. Mais do que uma frase de efeito, o que Lula disse para a jornalista Sônia Bridi é a expressão da verdade.

Basta cotejar as realizações de seus governos, tanto na área econô-

mica quanto na área social, para se vislumbrar a sua assertiva. Toda a preocupação do presidente da República e do seu ministro da Fazenda, Fernando Haddad, é com o equilíbrio das contas públicas. Essa preocupação foi o que motivou, ainda no final de 2022, a aprovação da PEC da Transição. PEC essa que foi apelidada jocosamente pelos donos da bufunfa de PEC do Estouro.

É sabido por todos que a dupla Bolsonaro-Guedes não deixou recursos para o pagamento do auxílio emergencial (Bolsa Família). O que se presume são duas alternativas caso eles

vencessem as eleições: interromper o programa ou diminuir em muito o seu valor. Ao falar de indivíduos cujo forte de suas personalidades não é a empatia com o sofrimento do outro, tudo é possível.

Plano Econômico

A proposta apresentada pela equipe econômica conta com o aval integral de Lula. É um ajuste nas contas para cumprir o binômio responsabilidade e previsibilidade, que tem sido a tônica do atual governo desde a posse, em janeiro de 2023. A aprovação da Reforma Tributária, do voto de qualidade no Carf e a diminuição paulatina das exorbitantes isenções tributárias compõem um cenário de crescimento da economia no longo prazo.

O crescimento, que é uma necessidade para o Brasil, vem com o alargamento do mercado de trabalho e com o aumento dos investimentos. Esse crescimento da renda e do emprego se dá sob uma agroindústria operando na capacidade máxima e com uma pauta de exportação crescente de grãos e de carnes, fortalecida pela desvalorização do real. Isso produz uma inflação de demanda que impacta na cesta básica e gera uma sensação de aumento nos preços.

Volátil como a questão climática, a inflação de demanda não necessitava de um aumento de 1 ponto percentual na taxa de juros. Foi excesso de ortodoxia do Banco Central. Vai custar caro. O mercado financeiro, ao especular contra o real, flerta com a insatisfação popular. Entretanto, como um setor minoritário da sociedade civil e, inclusive, do mundo empresarial, eles sabem que a hora de coçar o bolso se aproxima — e é isso que eles temem.

Já o extremismo direitista, envolvido até o último fio de cabelo na trama golpista, se agarra na especulação rentista como tábuas de salvação. Não adiantará! A solidez da economia os derrotará. ■



Ricardo Stuckert/PR

Em alta, Lula destaca avanços: “Tudo que foi planejado, estamos cumprindo”

“Eu estou voltando para casa tranquilo e certo de que estou curado e que preciso apenas me cuidar, mas posso voltar a trabalhar normalmente”, afirmou

Redação Focus Brasil

“ Bem-disposto e absolutamente tranquilo”, assim o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, definiu o estado de ânimo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva após reunião na última segunda-feira (16), em sua residência em São Paulo. Recuperando-se desde a alta hospitalar no domingo (15), Lula recebeu atualizações sobre a tramitação da reforma tributária e das medidas fiscais em discussão no Congresso Nacional logo no primeiro dia de alta.

O presidente recebeu alta hospitalar após internação no Hospital Sírio Libanês, em São Paulo, para realizar um procedimento preventivo para evitar novo sangramento na cabeça. A intervenção foi realizada na terça-feira passada (10/12) como desdobramento do acidente doméstico que sofreu em outubro, quando bateu a cabeça.

No dia da alta, durante coletiva da equipe médica que cuida do presidente, liderada pelo médico Roberto Kalil, o presidente chegou à coletiva e fez um relato sobre o problema de saúde e sua recuperação e se emocionou.

Lula afirmou que acreditava estar curado e só teve a real noção do quadro após passar pela cirurgia.

“Só fui ter noção da gravidade já depois da cirurgia, mas estou tranquilo, me sinto bem. Vocês sabem que eu reivindico o direito de viver até os 120 anos. Então, tenho muita expectativa e sou muito disciplinado para fazer as coisas, tenho um compromisso muito grande com esse País”, disse.

“Eu estou voltando para casa tranquilo e certo de que estou curado e que preciso apenas me cuidar, mas posso voltar a trabalhar normalmente”, afirmou.

Lula disse que seguirá com dis-

ciplina as orientações de cuidados previstas pela equipe médica e que fará um grande governo para, ao final de 2026, encerrar o mandato de cabeça erguida como fez em 2010. “Recuperamos tudo o que tinha que recuperar, vocês sabem a quantidade de coisas que estavam desmontadas nesse País”. “Eu quero entregar, em 31 de dezembro de 2026, esse Brasil mais alegre, sem fome, com mais emprego, com mais respeito, sem mentira”.

Encontro com Haddad

No encontro com o presidente, Haddad detalhou o andamento das propostas e destacou a preocupação do presidente com a integridade das medidas econômicas enviadas ao Legislativo. “O apelo que ele está fazendo é para que as medidas fiscais não sejam desidratadas. Temos um conjunto de ações que garantem a robustez do arcabouço fiscal e estamos muito convencidos de que vamos continuar cumprindo as metas fiscais nos próximos anos”, afirmou o ministro.

Entre os temas discutidos, estava o imposto seletivo que incide sobre armas e bebidas açucaradas, alterado no Senado e agora pendente de nova apreciação pela Câmara dos Deputados. Segundo Haddad, Lula foi colocado a par das mudanças e indicou que pode intervir para acelerar a tramitação. “Expus os detalhes do que foi alterado, para que ele pudesse avaliar a conveniência de tomar alguma providência, fazer contatos e orientar a base aliada”, explicou.

Com foco na manutenção da previsibilidade fiscal, Lula e Haddad reforçaram a necessidade de celeridade na votação das propostas, fundamentais para o equilíbrio das contas públicas e para o Orçamento de 2025. “Estamos convencidos de que as medidas serão apreciadas este ano”, concluiu Haddad.



Paulo Pinto/Agência Brasil

Presidente deixa o Hospital Sírio Libanês, em São Paulo: alta hospitalar ocorreu no domingo (15), um dia antes do previsto

Saúde de Lula

O médico Roberto Kalil Filho informou que o presidente ficará em São Paulo pelo menos até a quinta-feira (19/12), quando será realizada uma tomografia de controle para reavaliação. “Optamos por uma permanência em São Paulo para um acompanhamento mais de perto. O presidente está em alta hospitalar, não de alta médica”, disse Roberto Kalil. E completou: “Se na quinta-feira estiver tudo bem, como a gente espera, ele poderá ir para Brasília”.

De acordo com o médico, assim que deixar o hospital o presidente Lula pode retomar as atividades normais relacionadas ao cargo como reuniões e despachos. As restrições, segundo ele, são para atividades físicas e viagens internacionais. Voos curtos estão liberados.

Prisão de Braga Netto

O presidente comentou a prisão do General da reserva Braga Netto, indiciado na Operação Contragolpe, da Polícia Federal, por tentativa de Golpe de Estado e Extermínio Violento do Estado de Direito. Lula disse que o ex-ministro da Defesa de Bolsonaro, deve

ter todo o direito à presunção de inocência, mas ser punido caso seja provada sua participação em atos antidemocráticos. O Presidente disse ainda que não é possível aceitar o desrespeito à democracia e à Constituição.

“Vou demonstrar pra vocês que tenho mais paciência e sou democrata. Acho que ele tem todo o direito à presunção de inocência. O que eu não tive, quero que eles tenham. Todo o direito e todo o respeito para que a lei seja cumprida. Mas se esses caras fizeram o que tentaram fazer, eles terão que ser punidos severamente. Esse País teve gente que fez 10% do que eles fizeram e que foi morto na cadeia”, disse Lula em entrevista coletiva no Hospital Sírio Libanês, em São Paulo, onde foi anunciada sua alta hospitalar.

“Não é possível a gente aceitar o desrespeito à democracia, à Constituição, e não é possível a gente admitir que num País generoso como o Brasil a gente tenha gente de alta graduação militar tramando a morte de um presidente da República e do seu vice e de um juiz que era presidente da suprema corte eleitoral”, afirmou o presidente. ■



Lula: “2025 será o ano da colheita”

Presidente destaca avanços econômicos, compromisso com responsabilidade fiscal e projeta 2025 como o ano da colheita dos programas lançados

Em entrevista ao programa Fantástico, da Rede Globo, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva fez um balanço dos avanços do governo em 2023 e projetou um cenário promissor para os próximos anos. Com ênfase na solidez do planejamento e na execução dos programas anunciados desde o início de seu mandato, Lula assegurou: “Tudo o que foi planejado, até agora, está cumprido. Criamos o Novo PAC e lançamos todos os programas que tinham que ser lançados. Agora, 2025 é o ano da colheita. Vamos começar a colher o que plantamos. É um compromisso de honra meu”.

O presidente destacou a reconstrução administrativa e econômica do país após um período de desmonte, ressaltando os resultados positivos já visíveis em indicadores como o crescimento econômico e a recuperação do emprego formal. Ele frisou que o governo não pretende aumentar tributos, mas, sim, garantir que a arrecadação existente seja eficiente e justa. “Não queremos

fazer uma reforma para aumentar tributos. Se o Brasil arrecadar corretamente os tributos já estabelecidos por lei, vai ter recursos suficientes para cuidar das coisas”, explicou, referindo-se à reforma tributária que tramita no Congresso Nacional.

Sobre responsabilidade fiscal, Lula adotou um tom firme para rebater críticas de setores do mercado financeiro: “Ninguém nesse país tem mais responsabilidade fiscal do que eu. Já governei esse país e entreguei ele crescendo 7,5%, com a massa salarial mais alta e em situação muito privilegiada. Não é o mercado que tem que se preocupar com os gastos do governo, é o governo. Se eu gastar mais do que tenho, quem paga é o povo pobre”.

Lula ainda aproveitou para reforçar sua insatisfação com a política monetária, classificando como injustificável a atual taxa de juros. “A única coisa errada nesse país é a taxa de juros estar acima de 12%. Não há explicação. A inflação está totalmente controlada, em torno de 4%. É uma inflação estável”, criticou.

Além de pautas econômicas, o presidente mencionou as relações internacionais como um dos pilares

de seu governo. Ele citou a recente negociação do acordo entre Mercosul e União Europeia como um marco: “Fizemos um acordo extremamente importante. São 720 milhões de habitantes envolvidos e um PIB de 22 trilhões. O potencial é muito grande. É só termos paciência”.

Recuperando-se de uma recente cirurgia, Lula aproveitou o espaço para tranquilizar a população sobre sua saúde e adiantar a agenda para os próximos meses. Ele confirmou que permanecerá em Brasília no final do ano e se mostrou otimista para o próximo ciclo: “Tenho uma reunião ministerial antes do fim do ano. E a próxima viagem internacional será ao Japão, em março. Quando chegar lá, já estarei totalmente curado”.

Lula encerrou a entrevista com uma mensagem de compromisso com as promessas de campanha e com a retomada do desenvolvimento nacional. Seu discurso, marcado pela confiança, reflete a aposta de que os programas sociais e econômicos plantados ao longo dos dois primeiros anos de governo darão frutos consistentes em 2025, consolidando o ciclo de reconstrução do país. ■



Marcelo Camargo/Agência Brasil

Pesquisa Quaest aponta desafios para a segunda metade do governo

A percepção de maior facilidade para conseguir emprego não impactou na avaliação sobre economia, mas houve diminuição do pessimismo com o futuro

Matheus Tancredo Toledo

A mais recente pesquisa Quaest sobre a popularidade do governo Lula e percepção dos brasileiros sobre temas conjunturais traz insumos para uma avaliação da opinião pública ao final do segundo ano de governo. A margem de erro é de 2 pontos percentuais (p.p.) e o levantamento foi realizado entre os dias 4 e 9 de dezembro.

O governo Lula é aprovado por 52% (+1 p.p. desde outubro/24) da população e reprovado por 47% (+2 p.p.), de acordo com o instituto. Os índices não avançaram desde dezembro de 2023, com variação dentro dos limites da margem de erro. À época, 54% aprovavam Lula e 43% o reprovavam. O aumento da reprovação em ritmo lento – causado pela resiliente aprovação sempre acima de 50%, demonstra que há desafios para o governo nos próximos dois anos.

Quando instigados a avaliar o governo atual frente ao governo do antecessor, Bolsonaro, 42% consideram o governo Lula melhor, 37% consideram pior e 20% igual. Destaca-se que a aprovação do governo entre a população, de 52%, é muito maior que a aprovação mensurada pela Quaest entre agentes do mercado financeiro, em levantamento anterior. Numa escala de avaliação que vai de ótimo/bom e regular até ruim/péssimo, 33% da população tem avaliação positiva, número que é de 3% no mercado financeiro.

Em relação aos segmentos da população brasileira, Lula possui aprovação significativamente maior que a reprovação no Nordeste brasileiro (67% aprovam), no segmento de renda familiar mensal de até 2 SM (63%), na parte preta (59%) e parda (55%) da população, entre os brasileiros e brasileiras com idade maior que 60 anos (57%) e de 35 a 59 anos (52%), entre as mulheres (54%), entre os católicos (56%) e os sem religião (54%). Nos demais, há equivalência entre reprovação e aprovação, ou a primeira se sobressai.

Caiu, desde outubro, o número de pessoas que consideram que houve melhora na economia, para 27%. 30% consideram que ficou do mesmo jeito (eram 22%), e 40% relatam piora (era 41%). A percepção de maior facilidade para conseguir emprego não impactou na avaliação sobre economia, mas houve diminuição do pessimismo com o futuro. Subiu de 26% para 43% o número de pessoas que relata que há maior facilidade em conseguir emprego do que há um ano. É o maior número da série histórica deste governo. Houve retração do número de pessoas que são pessimistas com a economia nos próximos 12 meses – voltando ao patamar visto anteriormente pela Quaest: hoje, 51% afirmam que a economia irá melhorar e 28% que irá piorar.

O tema mais sensível para a opinião pública segue sendo o poder de compra e aumento de preços: 68% relatam piora no poder de compra, o maior índice desde

o início do governo (eram 61% em outubro). 61% afirmam que estão em um patamar financeiro abaixo do que esperavam. 78% afirmam que o preço dos alimentos subiu, 13 pontos a mais que em outubro. Também é o maior índice desde o início do governo. A percepção de aumento do valor das contas de água e luz é de 65%, número semelhante ao dos últimos levantamentos, mas que aumentou paulatinamente desde junho de 2023 (era 48%). Em relação ao preço dos combustíveis, manteve-se em 59% (valor mensurado em outubro). Os dados indicam que o aumento do poder de compra deve ser um dos alvos para aumento da popularidade.

Por fim, a maior parte dos brasileiros (41%) considera ter visto mais notícias negativas que positivas sobre o governo. 56% não sabiam da proposta de isenção de IR para renda até 5 mil reais. 64% entre os com renda até 2 SM e 56% entre os com renda de 2 a 5 SM. A medida tem 75% de aprovação, 61% acreditam que seriam beneficiados pela medida (seja si próprio, ou a própria família). 62% não sabiam que Haddad anunciou cortes de gastos. Entre os que ficaram sabendo, 68% acreditam que as medidas não serão suficientes. Farmácia Popular (88%) e Bolsa Família (76%) são os programas mais conhecidos e aprovados, seguidos pelo Desenrola (72% de conhecimento e aprovação e 21% de desconhecimento), Pé de Meia (69% e 18%, respectivamente), e Plano Safra (63% e 31%, respectivamente). Há muito desconhecimento sobre o Novo PAC (48%) e o programa Acredita (60%). ■



Com redução do desmatamento e metas para diminuir efeito estufa, Brasil se prepara sediar COP 30

Eventos climáticos extremos como enchentes e secas severas marcaram 2024, enquanto governo segue com a meta de tornar-se referência global em governança climática

Claudia Rocha

Nesta quinta-feira (12), a ministra do Meio Ambiente e de Mudanças Climáticas, Marina Silva, deu declarações sobre as perspectivas para os trabalhos da próxima edição da Conferência do Clima, que será realizada no Brasil, em Belém, no próximo ano. Segundo a ministra, é necessário que os países cheguem à COP 30 com um “sentido de urgência” em mente.

“O que aconteceu no Rio Grande do Sul, o que está acontecendo

no mundo e o prejuízo que isso está causando para os sistemas de produção de alimentos são algo para fazer com que a gente se mobilize com o sentido de urgência. Nós temos que chegar em Belém decretando estado de emergência climática”, apontou Marina Silva, em um evento público.

O Brasil, entre outros países, por meio de falas da própria ministra e notas de entidades ligadas a setores de proteção ambiental, lamentou os resultados da COP 29, realizada neste ano em Baku, no Azerbaijão, que não ficaram de acordo com o esperado. O acordo final estabeleceu que os países desenvolvidos devem aportar US\$

300 bilhões por ano, em um auxílio para as nações em desenvolvimento no combate às mudanças climáticas. A expectativa era de que o valor fosse maior, na casa do trilhão, um montante considerado ambicioso demais pelos países que discordaram, e bastante necessário na visão dos países que defenderam o aumento do recurso.

A ser realizada no período entre 10 e 21 de novembro de 2025, a COP 30 teve como investimento inicial do governo federal mais de R\$ 4,7 bilhões (a partir de recursos do Orçamento Geral da União, do BNDES e um aporte da Itaipu).

O secretário extraordinário da



COP 30, Valter Correia, destacou o legado das obras para a capital do Pará. “Serão um verdadeiro legado para a população, como as obras de macrodrenagem, que trarão mais qualidade de vida para áreas mais carentes de saneamento básico, por exemplo. Além disso, um evento desta magnitude aumenta a visibilidade da cidade como um todo para o mundo, aumentando o turismo”, comenta.

A ministra Marina Silva afirmou, em entrevista à Agência Gov, que a realização da conferência no coração da Amazônia será a oportunidade de transformar discursos em ações concretas, liderando pelo exemplo e inspirando mudanças em escala global. “Espero que os brasileiros compreendam que nosso papel vai além das negociações: somos guardiões de recursos naturais essenciais para o equilíbrio planetário e, ao mesmo tempo, uma nação que precisa resolver desafios internos de forma integrada à luta global contra as mudanças climáticas”, pontua.

Metas e plataformas para resultados

Dentro do esforço global para mitigar os efeitos das mudanças climáticas, cada país precisa apresentar um plano de ação na direção de reduzir as emissões de

gases de efeito estufa, os planos são chamados de NDC - sigla em inglês para Contribuição Nacionalmente Determinada. O prazo de entrega do plano é 2025, mas o Brasil se antecipou e foi o segundo país a tornar públicas suas metas, atrás apenas dos Emirados Árabes, que sediaram a última edição da conferência.

O compromisso brasileiro é o de reduzir as emissões líquidas de gases-estufa no país de 59% a 67% até 2035, em comparação aos níveis de 2005, o que significa alcançar entre 850 milhões e 1,05 bilhão de toneladas de CO₂ equivalente.

Outro ponto considerado relevante pelo governo foi o lançamento, neste ano, da Plataforma Brasil de Investimentos Climáticos e Transformação Ecológica, chamada de BIP (sigla para Brazil Climate Ecological Transformation Investment Platform). Ela foi criada para mobilizar capital nacional e internacional em apoio aos Planos de Transformação Ecológica e transição climática do governo brasileiro, reforçando o compromisso do país com a neutralidade de carbono até 2050.

O anúncio feito, em outubro, pelo ministro Fernando Haddad destacou a parceria entre os Ministérios da Fazenda, do Meio Ambiente e Mudança do Clima,

do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços e de Minas e Energia. Segundo a pasta da Fazenda, a plataforma é uma iniciativa do governo brasileiro criada com a ambição de ampliar os investimentos na transformação ecológica rumo à descarbonização da economia, conectando o setor financeiro e outros setores ligados ao tema.

“Ela é tão importante porque normalmente os bancos internacionais chegam no Brasil e vão passando de porta em porta, de ministério em ministério. O que a plataforma faz é coordenar isso e colocar numa plataforma as prioridades a partir da visão do governo como um todo e de cada um dos ministérios”, disse a secretária Ana Toni, da pasta do Meio Ambiente e Mudanças Climáticas.

Regulação do mercado de carbono

Publicada no Diário Oficial da União na edição da última quinta-feira (12), com a assinatura do presidente Lula (que esteve internado no hospital Sírio Libanês, em São Paulo, para procedimentos na cabeça, após uma queda), foi sancionada a regulamentação do mercado de carbono brasileiro, após mais de um ano desde o início das discussões no Congresso.

A iniciativa regulamenta normas para quem emite gases de efeito estufa no território nacional. Na prática, as empresas que reduzirem o lançamento de gases serão beneficiadas enquanto as que ultrapassarem os limites estão sujeitas a multas. Dentro da proposta, foi criado o Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões de Gases de Efeito Estufa (SBCE). O órgão terá regras para compra e venda de títulos de compensação das emissões. O agronegócio ficou de fora da regulamentação.



Redução do desmatamento

Uma notícia bastante positiva e esperada foi anunciada no mês de novembro: a consolidação da redução do desmatamento de dois biomas que sofreram muito com a destruição, em especial durante o período de gestão bolsonarista, a Amazônia e o Cerrado.

A Amazônia Legal obteve o menor resultado dos últimos nove anos. De acordo com o PRODES, Projeto do Sistema de Monitoramento dos Biomas Brasileiros, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, o INPE, na Amazônia o valor da taxa estimada de desmatamento é de 6.288 km², o que representa uma redução de 30,6% em relação a 2023.

O Cerrado, que havia apresentado alta nos últimos cinco anos, apresentou queda de 25,7% em comparação ao ano passado, com taxa em 8.174 km². Esses resultados indicam uma desaceleração no avanço do desmatamento, o que reflete os resultados das políticas ambientais recentes e os esforços de preservação.

Dos 70 municípios do bioma amazônico considerados prioritários para o combate ao desmatamento, que concentram mais da

metade dos índices de destruição, houve redução de 53% da área sob alertas, no período analisado entre 2023 e 2024.

“Isso é um indicativo importante para avaliar as políticas implementadas e verificar se elas estão dando resultados”, avalia o secretário executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, João Paulo Capobianco. Dentre as 70 cidades, 48 aderiram ao programa União com Municípios, do Governo Federal, que prevê repasses de R\$ 785 milhões para ações ambientais, em caso de redução do desmatamento.

Desafios com as mudanças climáticas

No mês de maio, uma enchente de grandes proporções no Rio Grande do Sul deixou o país em alerta formando correntes de solidariedade a partir de campanhas de arrecadação e muito empenho em operações coordenadas a partir de parcerias entre diferentes ministérios do governo federal.

O número de mortos chegou a 183, além de milhares de atingidos e desabrigados. Cerca de 60% do estado ficou alagado, em maior ou menor grau, 298 dos 497 municípios. Pelo menos 73 cida-

des tiveram 10% de sua área total afetada, em estado de calamidade pública, segundo um estudo do MapBiomas. Para mitigar os efeitos, o governo federal destinou R\$ 98,7 bilhões a ações emergenciais e recursos para reconstrução de infraestrutura e de apoio à população e empresários do Rio Grande do Sul.

Na contramão das enchentes, um outro efeito das mudanças climáticas, também bastante preocupante, foi o recorde nos índices de seca severa, que causaram estiagens precoces e graves, em diversos rios importantes, como o Madeira, o Negro e o Solimões.

Segundo um levantamento do Laboratório de Análise e Processamento de Imagens de Satélites, da Universidade Federal de Alagoas, pelo menos 12 grandes rios foram afetados. Na lista de maior redução no volume de águas estão os rios Manso, Paranaíba e Jequitinhonha, em Minas Gerais; Tocantins, entre os estados de Tocantins e Maranhão; e o Rio Paraná, no trecho entre São Paulo e Mato Grosso do Sul.

O fenômeno que chegou a pelo menos 1.400 cidades brasileiras faz parte de um movimento global causado pelo aumento da temperatura do planeta, cerca de 1,5°C mais quente em relação ao período pré-industrial. Mais de um terço do território nacional, mais de 3 milhões de km², enfrentou problemas com a estiagem em 2024. Anteriormente, o período mais grave foi registrado em 2015, com 2,5 km².

Nesse sentido, as principais consequências foram: diversos focos de incêndios em diferentes biomas, cidades isoladas no Norte do país por conta dos rios que secaram, impedindo a navegação; problemas respiratórios na população; necessidade de acionamento de termelétricas para o abastecimento de energia. ■



E agora, Faria Lima? Economia surpreende e faz críticos aceitarem (ou quase) planos do governo federal

Números mostram que o brasileiro só tem o que comemorar:
mais empregos, indústria e serviços fortes e miséria quase zero

Não é de se espantar que os representantes do mercado, a chamada turma da Faria Lima, o coração financeiro do país e por onde circulam os altos executivos da nação, torcessem o nariz para as políticas econômicas do governo Lula.

Acontece que, mesmo com tanta carga negativa sobre os ombros, o ministro da Fazenda Fernando Haddad conseguiu provar que, sim, é possível fazer o país crescer com justiça social.

Os números estão aí para provar. Apesar de ainda haver resistência, sobretudo com o pacote de medidas fiscais apresentados recentemente, é preciso muita força de vontade para dizer que o Brasil não está avançando.

A seguir, confira algumas das principais medidas que recolocaram o Brasil no caminho do desenvolvimento.

Reforma Tributária

A regulamentação da reforma tributária concede tratamento especial a uma série de contribuintes. Os diferentes regimes de tributação vão desde um abatimento de 30% sobre o valor da alíquota até a isenção do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e da Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS). O projeto de lei complementar (PLP) 68/2024 foi aprovado pelo Senado na quinta-feira (12), com relatoria do senador Eduardo Braga (MDB-AM), e aguarda deliberação da Câmara dos Deputados.

O projeto foi uma das grandes conquistas do governo este ano e ainda tem uma série de outras medidas que irão beneficiar o contribuinte.

Uma das que terão mais im-

pacto é a isenção de impostos de produtos da cesta básica. Além da isenção para produtos da cesta básica, a reforma tributária assegura desconto de 60% para uma série de alimentos destinados ao consumo humano. A lista com 19 itens inclui biscoitos e bolachas (desde que não adicionados de cacau, recheados, cobertos ou amanteigados), água mineral, mel natural e óleos de soja, milho e canola.

PIB acima do esperado

O Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil cresceu 0,9% no terceiro trimestre de 2024, na comparação com os três meses imediatamente anteriores, informou o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) nesta terça-feira (3).

Este é o 13º resultado positivo consecutivo do indicador em bases trimestrais. O saldo vem depois de a atividade econômica brasileira crescer 1,4% no segundo trimestre.

Neste terceiro trimestre, a Indústria (0,6%) e o setor de Serviços (0,9%) tiveram altas importantes, e compensaram a queda de 0,9% da Agropecuária.

Nos Serviços, houve expansões em Informação e comunicação (2,1%), Outras atividades de serviços (1,7%), Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados (1,5%), Atividades imobiliárias (1,0%), Comércio (0,8%), Transporte, armazenagem e correio (0,6%) e Administração, defesa, saúde e educação públicas e seguridade social (0,5%).

Na Indústria, destaca-se o crescimento de 1,3% nas Indústrias de transformação. Por outro lado, caíram: Construção (-1,7%), Eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos (-1,4%) e Indústrias extrativas (-0,3%).

Redução da miséria

A pobreza e a extrema pobreza no Brasil registraram em 2023 os menores índices da série histórica, iniciada em 2012. Pela primeira vez, a miséria ficou abaixo de 5%, caindo para 4,4%, o que representa 9,5 milhões de pessoas. Além disso, 8,7 milhões de brasileiros saíram da condição de pobreza, reduzindo esse contingente para 59 milhões, o menor número registrado em mais de uma década.

As informações constam na Síntese de Indicadores Sociais, estudo divulgado pelo IBGE nesta quarta-feira. Os dados são referentes ao ano de 2023. Após a divulgação dos dados, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, comemorou a queda da miséria.

A expansão dos programas sociais, principalmente do Bolsa Família, ajudou a reduzir a miséria, também chamada de pobreza extrema, de 5,9% para 4,4% entre 2022 e 2023, segundo o IBGE. Em outras palavras, significa que, de 12,6 milhões de pessoas, 3,1 milhões saíram da miséria em um ano.

Aumento do emprego

A força de trabalho atingiu 109,4 milhões de pessoas, e a população ocupada chegou a 101,8 milhões.

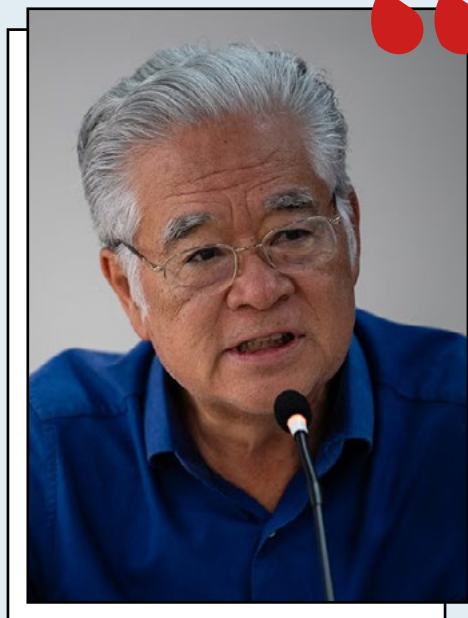
Esses resultados representam os maiores níveis desde o início da série histórica da PNAD Contínua em 2012, com aumentos de 1,7% e 3,0%, respectivamente, em comparação ao mesmo período do ano anterior. O emprego formal também apresentou crescimento, com uma alta de 4,0% em relação ao segundo trimestre de 2023, segundo os dados da PNAD Contínua. O Novo Caged registrou a criação de 1,7 milhão de novas vagas com carteira assinada, representando um aumento de 3,8% no período, confirmando a tendência de alta. ■

Diretoria da FPA faz avaliação das atividades do ano e aponta desafios para 2025

Ao longo de 2024, a Fundação Perseu Abramo realizou diversas atividades presenciais e online para contribuir com uma formação política para mudar a sociedade

Redação Focus Brasil

Com o entendimento de uma realidade política complexa, com instabilidade mundial no pós-crise da globalização e um cenário nacional onde o diálogo ampliado na sociedade permanece como desafio, a Fundação Perseu Abramo faz um balanço sobre suas atividades ao longo do ano e projeta sua atuação perante os principais desafios do próximo período. Nesse sentido, saiba o que pensam os diretores da FPA:



Paulo Okamoto

Precisamos discutir melhor sobre como podemos contribuir com as lutas sociais e como podemos fazer para que o Partido também reflita quais são as práticas políticas que fazem com que o PT seja reconhecido pela vanguarda do povo brasileiro e dos militantes que atuam no movimento social. Após a eleição da direção do PT, esperamos que a direção discuta o papel das suas instâncias, inclusive da Fundação Perseu Abramo, sobre as renovações necessárias do Estatuto, assim como a governança e a sua missão, fazendo com que tenhamos mais foco em nossos objetivos para os próximos anos. Sobre os temas mais gerais, vamos buscar aprofundar as discussões estratégicas que compõem o nosso projeto nacional como: melhorar e ampliar o sistema de educação; fortalecer a nossa democracia; o aperfeiçoamento do sistema político brasileiro; o financiamento partidário brasileiro; a questão do clima e transição energética; os gargalos e soluções do desenvolvimento nacional; a proposição de Nova Indústria Brasileira; os desafios do combate à pobreza e miséria, entre outros.



Brenno Almeida



A Fundação Perseu Abramo segue aprofundando sua atuação junto à base do PT, oferecendo iniciativas que buscam aprimorar a influência dos quadros do Partido na sociedade. Após o exitoso trabalho realizado pelos NAPPs na elaboração do Plano de Reconstrução do Brasil, os núcleos desenvolveram um robusto conjunto de diretrizes para contribuir na formulação dos planos de governo e das plataformas legislativas dos candidatos do PT nas eleições deste ano. As atividades de mentoria realizadas ao longo da campanha aproximaram ainda mais a FPA do trabalho militante dessa base tão dedicada. O Seminário “A Realidade Brasileira e os Desafios do PT” é uma iniciativa que simboliza esta transição de ano que estamos celebrando. As etapas do Seminário se estenderão ao longo do ano, promovendo debates sobre temas essenciais ao aprimoramento do discurso do Partido e ao fortalecimento de sua relação com o povo brasileiro. Além disso, por ocasião do PED, a Fundação vai mobilizar debates sobre o PT, refletindo sobre sua importância para a democracia brasileira e seu papel no fortalecimento de um projeto de socialismo que una diferentes perspectivas sobre a realidade, em prol da construção de uma causa comum.



Mônica Valente



O trabalho da FPA neste ano de 2024 foi muito intenso e colado nas necessidades do nosso Partido, como deve ser o trabalho de uma Fundação Partidária. Ajudar a analisar a realidade com estudos e pesquisas, ajudar a formular propostas para a superação dos desafios do Partido e do Governo, realizar formação de nossos militantes, foi isso que fizemos em 2024. Para o ano de 2025, todas as tarefas estarão voltadas para o processo de renovação de nossas direções partidárias, que, pelo nosso estatuto, são eleitas pelo voto direto de nossos filiados de alto a baixo, e para o Encontro Nacional, momento especial de definição da estratégia partidária para o país”.





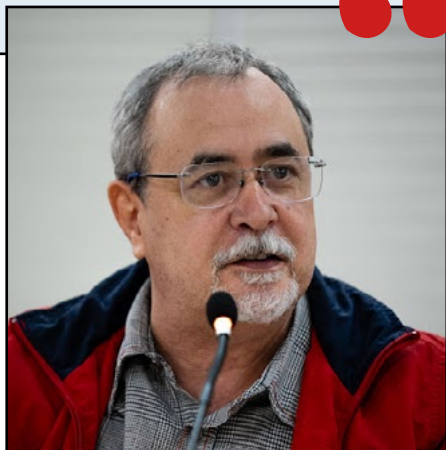
Elen Coutinho

A FPA encerra 2024 após cumprir um papel junto ao PT na formação política, na disputa pela memória e na luta sobre o Brasil que queremos. Em 2025, o desafio da FPA é ajudar o Partido a atualizar seu programa, com vistas a um Brasil mais justo e comprometido com a ampliação da cidadania para o povo. O momento político exige reflexões profundas sobre a luta anti-capitalista, a democracia e a garantia de melhores condições de vida para a população. A Fundação é um espaço estratégico para fomentar esse debate. Seguiremos firmes na missão de fazer do PT um horizonte de esperança para o Brasil.



Carlos Henrique Árabe

Mais um ano de contribuições da FPA ao partido e à construção da democracia. Os desafios para 2025 e 2026 são enormes. Podemos vencê-los com coerência de valores e programa. As áreas que coordeno, Editora e Pesquisas, desenvolveram trabalhos que contribuem para uma cultura socialista democrática. Seguimos.



Alberto Cantalice

A Fundação Perseu Abramo, neste ano, realizou uma série de atividades temáticas para contribuir com a construção programática do PT. O êxito do Seminário, conjunto com o Partido realizado no início do mês, coroa os êxitos dessa atuação. A FPA ajudou a calibrar o enfrentamento do PT à extrema direita e, em 2025, avançaremos mais no entendimento de várias questões: da cultura ao mundo do trabalho, da religiosidade à segurança pública; nas pautas progressistas, no antirracismo e na luta das mulheres.



Valter Pomar

Faço uma avaliação crítica sobre nosso trabalho na FPA. Fazemos atividades importantes. Mas o PT e a FPA não estão dando conta de enfrentar a batalha de ideias na sociedade e a formação da militância. Na sociedade, predominam e vem crescendo ideias extremamente reacionárias e ultraliberais, que penetram inclusive na esquerda. Na militância o déficit de formação segue imenso. Isto decorre, em parte, das deficiências do PT e da FPA. No caso da FPA, nosso trabalho é disperso e de qualidade inferior à necessária. E não é por falta de recursos. Espero que em 2025 comecemos a superar esta situação.



Naiara Raiol

Em 2024, a Fundação Perseu Abramo se destacou na formação política de dirigentes e filiados do PT, com ações focadas na valorização do território amazônico. Entre as iniciativas, os debates preparatórios para a COP 30 discutiram mudanças climáticas e políticas ambientais. O movimento Seres e Saberes reuniu políticos e especialistas para fortalecer o bem viver amazônico e a transição ecológica justa. Já o NAPP Amazônia foi criado para debater o desenvolvimento regional. Em 2025, a Fundação expandirá suas atividades pela Amazônia, promovendo uso sustentável dos recursos naturais para combater a fome, gerar empregos e fortalecer a educação.

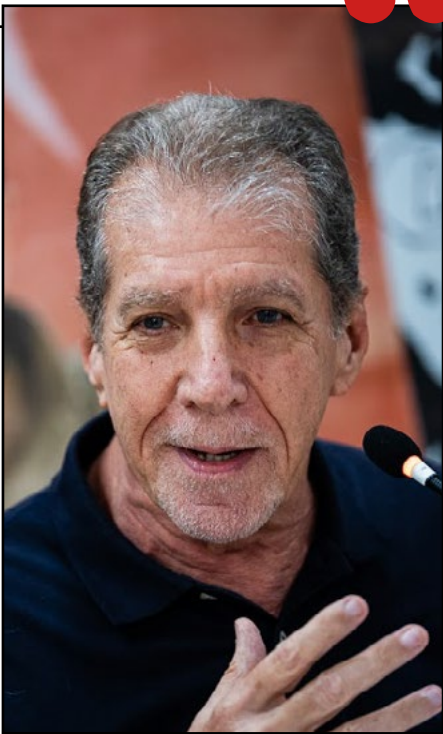


Alexandre Macedo de Oliveira

Em 2024, a ENFPT deu continuidade ao Projeto ‘Nova Primavera’, alinhado ao compromisso do PT com o fortalecimento da democracia e a defesa das conquistas do governo Lula. O projeto engajou mais de 5 mil participantes, que participaram de oficinas nacionais online e em plenárias estaduais. A inovação do ano foi o destaque às ações territoriais, com mais de mil atividades realizadas e cerca de 300 relatos coletados de todo o Brasil. Outro marco foi o curso de dirigentes do PT, iniciado em 2023 e intensificado em 2024, com dirigentes ativos em 12 estados, promovendo mobilização eleitoral focada no planejamento de campanhas e estratégias digitais. Além disso, iniciativas como o curso ‘Fé, Política e Democracia’ fortaleceram a reflexão sobre o papel da espiritualidade na construção de um país democrático. Para 2025, o desafio será ampliar a escuta com a militância, descentralizar a formação e fortalecer ações que potencializem os mandatos e a construção de um Brasil mais justo e democrático, em sintonia com o projeto de transformação liderado por Lula.



Jorge Bittar



A FPA tem exercido com qualidade o seu papel de organismo partidário de estudos, pesquisas, acervo de memória e formação política, dentre outros. Neste período histórico, marcado por crise do capitalismo, revolução tecnológica, hipertrofia dos mercados financeiros, concentração de renda e riqueza, precarização do mercado de trabalho, ataques à democracia e a direitos humanos fundamentais, nosso empenho tem sido redobrado em analisar esse quadro e fornecer ao partido, esquerda e sociedade elementos de análise e sugestões de caminhos para construir transformações sociais e ambientais que apontem para um Brasil e um mundo com mais igualdade. O fato de sermos o principal partido do governo federal nos motiva a enfrentar com clareza e determinação esse desafio e oferecer ao governo e à sociedade análises, estudos e proposições. Nosso diálogo e a cooperação com outras fundações de estudos e pesquisas, com movimentos sociais, assim como na área de cooperação internacional tem se intensificado. Para 2025, o planejamento da FPA prevê não apenas o fortalecimento das diretrizes e ações que marcaram o ano de 2024, mas também uma atividade mais intensa do Centro de Altos Estudos e dos NAPPs.





MINISTÉRIO
DA
ECONOMIA

Fabio Rodrigues Pozzebom - Agência Brasil

Agenda econômica

Ligia Toneto*

O Brasil melhorou. O desemprego encontra-se no menor patamar da série histórica da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua

(PNAD Contínua), iniciada em 2012, assim como a renda em termos reais vem demonstrando consistente expansão. A extrema pobreza e a pobreza atingiram também os menores níveis da história do país, refletindo o sucesso das políticas de distribuição de renda, do combate à fome e à miséria do Governo Lula.

A equipe econômica, liderada pelo Ministro Fernando Haddad, tem trabalhado diuturnamente para cumprir a promessa de campanha do Presidente Lula: colocar os pobres no orçamento e os ricos no imposto de renda.

Antes mesmo de tomar posse, o Governo já tomou a primeira medida para cumprir a primeira

parte da promessa, ao aprovar a PEC da Transição. Este feito permitiu a expansão de R\$ 168 bilhões do gasto no orçamento, o que desmascarou o orçamento fictício de Bolsonaro, viabilizando a execução de políticas sociais fundamentais para o país. O orçamento que estaria vigente para o ano de 2023, se não fosse a PEC, não teria espaço para o Bolsa Família de R\$ 600 reais – explicitando a mentira eleitoral contada por Bolsonaro de que manteria o valor – não teria espaço para o Farmácia Popular, para o Mais Médicos, para a retomada dos investimentos públicos como o Minha Casa Minha Vida, entre outros tantos programas retomados ou criados.

Além dos programas recuperados, também criamos uma série de novos programas. O Desenrola Brasil, também prometido na campanha, beneficiou mais de 15 milhões de brasileiros que estavam negativados e impedidos de retornar ao mercado de crédito. O Pé de Meia, que já vem demonstrando os primeiros resultados do sucesso na redução da evasão escolar no Ensino Médio, notadamente um dos grandes gargalos do nosso sistema educacional. O Acredita, sendo o maior programa de apoio ao crédito já criado no Brasil, composto por um espectro de crédito desde pessoas inscritas no CadÚnico até grandes investimentos internacionais na transformação ecológica, passando por crédito para MEIs, micro, pequenas e médias empresas e dinamização do mercado imobiliário.

Criamos o Plano de Transformação Ecológica, o Novo PAC e a Nova Indústria Brasil, pilares estruturantes da nossa estratégia de desenvolvimento, ancorada em combater desigualdades e promover sustentabilidade. Essa estratégia busca mobilizar de maneira virtuosa as potencialidades

da economia brasileira e fazer da transformação ecológica uma oportunidade concreta para o desenvolvimento econômico e para a reversão do processo de desindustrialização.

A PEC da transição, além de abrir espaço para a recuperação e criação de diversos programas, foi o que permitiu que o Teto de Gatos fosse enterrado e substituído por uma regra fiscal aprovada por Lei Complementar, alinhando o Brasil às melhores experiências internacionais. Neste contexto, o Governo cumpriu ainda no primeiro semestre outra proposta de campanha que era extinguir o Teto de Gatos e substituí-lo por uma nova regra fiscal baseada na credibilidade, flexibilidade, previsibilidade e anti-ciclicidade, como é o Regime Fiscal Sustentável. Como escrevemos em nosso Programa de Governo:

“Vamos recolocar os pobres e os trabalhadores no orçamento. Para isso, é preciso revogar o teto de gastos e rever o atual regime fiscal brasileiro, atualmente disfuncional e sem credibilidade.

Construiremos um novo regime fiscal, que disponha de credibilidade, previsibilidade e sustentabilidade. Ainda, que possua flexibilidade e garanta a atuação anticíclica, que promova a transparência e o acompanhamento da relação custo-benefício das políticas públicas, que fortaleça o Sistema de Planejamento e Orçamento Federal e a articulação entre investimentos públicos e privados, que reconheça a importância do investimento social, dos investimentos em infraestrutura e que esteja vinculado à criação de uma estrutura tributária mais simples e progressiva. Vamos colocar os pobres outra vez no orçamento e os super-ricos pagando impostos.” (Diretrizes para o Programa de Reconstrução e Transformação do Brasil. Lula-Alckmin 2023-

2026. Coligação Brasil da Esperança, 2022. p. 10).

O Regime Fiscal Sustentável busca trazer previsibilidade para a política fiscal, para que as expectativas com relação à trajetória dos indicadores fiscais estejam ancoradas. É uma regra crível, ao estabelecer metas pelo próprio governo de acordo com a conjuntura de cada momento, mas flexível ao manter uma banda para seu cumprimento. A regra é também anticíclica, porque garante que as despesas tenham sempre um crescimento real de, pelo menos, 0,6%, que corresponde ao crescimento populacional brasileiro, garantindo que ao menos os gastos per capita sejam preservados, mesmo em momentos recessivos – diferenciando-se de todas as regras anteriores. Ou seja, acomoda choques recessivos, de um lado, e de outro atenua momentos de boom econômico, limitando o crescimento de gastos a 2,5% acima da inflação, quando a política fiscal não precisa atuar como aceleradora da economia.

É importante ressaltar que a mudança do marco fiscal também eliminou o incentivo perverso criado pelo teto de gastos que, ao olhar exclusivamente para a despesa, abriu espaço para o crescimento exacerbado e sem transparência de gastos tributários (apropriados sobretudo pela parcela mais rica da população) que, apenas no ano de 2022, cresceram mais de 1.000% (mil por cento!). Ou seja, não tinha credibilidade não só porque tornou-se um teto esburacado, que todo ano era alterado, como também não garantia a sustentabilidade da dívida, ao olhar apenas para um componente do resultado orçamentário. Mutilou os programas sociais sem atingir os objetivos propostos e perdeu credibilidade com a sociedade e com o mercado.

O cumprimento do novo regi-

me fiscal sustentável é fundamental para a credibilidade da política econômica. Seu desenho foi pensado de maneira que conseguisse alcançar a estabilidade da dívida pública – que estava em trajetória crescente –, recuperar a confiança na política fiscal sem que fosse custoso socialmente para o Brasil e, com isso, permitir o cumprimento do programa eleito pelo povo em 2022. Ou seja, permitindo a recuperação de todos os programas sociais e o crescimento real dos gastos que custeiam as políticas públicas.

Diferentemente de qualquer outro Governo, em que tipicamente o primeiro ano consiste em um ano de ajuste, para flexibilização nos anos posteriores, este Governo começou com um robusto impulso fiscal. Isto foi necessário, como apontado acima, para a retomada e criação de programas sociais e políticas voltadas ao desenvolvimento econômico, como o estímulo ao investimento público.

Vale destacar, do outro lado da equação, que, ao recuperar o papel da receita, o Governo iniciou uma agenda de recomposição da base orçamentária através da cobrança do andar de cima. Combatemos privilégios, revisamos concessões de gastos tributários ineficientes e sem transparência, e iniciamos a Reforma da Renda a partir da aprovação da taxação de fundos exclusivos e offshores. O crescimento das receitas através do combate aos privilégios e da cobrança dos mais ricos foi de 9,7% em 2024 acima da inflação.

Aprovamos também a Reforma Tributária do Consumo, aguardada por décadas, trazendo maior eficiência e simplicidade para o nosso sistema tributário. Esperamos que com sua implementação, possamos elevar em até 10% o potencial de crescimento do PIB brasileiro. Além do aprimo-

ramento do Regime Tributário, permitindo maior crescimento e maiores empregos, o que beneficia a economia como um todo, incluímos dispositivos de justiça tributária como o cashback para famílias pobres, a isenção da cesta básica, a desoneração da carne, a possibilidade de taxar jatinhos e lanchas, e criamos o Imposto Seletivo, para desincentivar o consumo de bens e serviços danosos à saúde e ao meio ambiente.

As consequências na economia dos esforços do Governo são inegáveis.

A economia brasileira vem crescendo e superando todas as expectativas do mercado porque reativamos o ciclo da renda, ampliando o poder de compra das famílias, e adotamos políticas voltadas ao investimento, para ampliar o crescimento de longo prazo. O resultado disso foi que em 2023, enquanto no início do ano esperavam que o nosso crescimento não fosse nem de 1%, bateu mais de 3%. E, em 2024, enquanto esperavam que cresceríamos apenas 1,4%, vamos crescer mais que o dobro, mesmo com a calamidade do Rio Grande do Sul. Se em 2023 o crescimento foi puxado pela recuperação do consumo das famílias do lado da demanda e da agricultura do lado da oferta, em 2024, mantivemos a expansão pelo lado da demanda com o crescimento do consumo das famílias, mas passamos também a ter participação importante do crescimento dos investimentos e, do lado da oferta, da indústria. Ou seja, também melhoramos a composição do crescimento gerando mais empregos.

O resultado fiscal do Governo também vem demonstrando melhora. Em 2023, o déficit primário foi de 2,1% do PIB, mas se excluídos os calotes de Bolsonaro, dos precatórios e da compensação aos governadores, haveria sido

de 1,1%. O resultado em 2024 deverá ser negativo em cerca de 0,5%, excluídas as despesas para socorro ao Rio Grande do Sul que não entram no cálculo do resultado primário, pela condição de emergência. O Governo Lula não mediu esforços em socorrer o Rio Grande do Sul, demonstrando o que é um Governo verdadeiramente dedicado a cuidar das pessoas, em contraposição à tragédia que foi a atuação de Bolsonaro na pandemia. Estas medidas foram plenamente possíveis com uma exceção inegavelmente justificável ao regime fiscal.

Construímos uma regra fiscal compatível com os desafios e contradições do desenvolvimento brasileiro. Dos desafios sociais à vulnerabilidade monetária. Da elevada desigualdade à baixa progressividade tributária. Que viabilizasse o programa eleito nas urnas em 2022 dada a correlação de forças da sociedade e do Congresso.

A sustentação da agenda econômica e dos programas do Governo depende da credibilidade da regra que nós propusemos e aprovamos para enterrar o Teto de Gastos. Em primeiro lugar, porque o crescimento indeterminado e acelerado da dívida pública não é desejável para nenhum país, pois gera uma parcela também crescente de pagamento de juros dessa respectiva dívida e dificulta o investimento. É importante uma estratégia que aponte para uma estabilização da dívida brasileira. Ademais, porque para um determinado ritmo de crescimento global das despesas, se alguns componentes crescem mais do que o total, alguns deverão crescer menos. Ou seja, se há gastos obrigatórios que crescem sempre no mesmo ritmo de receitas, e o total crescerá apenas uma parcela disso, os gastos discricionários deverão reduzir seu ritmo de cres-

cimento. Isso significa que a sustentabilidade do modelo fica comprometida, assim como os gastos discricionários tais quais investimentos públicos, fundamentais para aumentar o crescimento de longo prazo. Finalmente, porque a fragilização das expectativas fiscais tem impacto sobre câmbio, sobretudo em um país com mercado de capitais tão aberto quanto o nosso. A desvalorização do câmbio tem impacto sobre a inflação, e a inflação afeta sobretudo os mais pobres, ainda mais se houver repasse do câmbio para o preço de alimentos, que tem peso maior na cesta de consumo destas famílias.

Diante da necessidade de ajustar o ritmo de crescimento das despesas para fortalecer o regime fiscal, o Governo como um todo, em um extenso processo de discussão para se chegar a uma proposta que desse conta da complexidade de nossos desafios, apresentou o conjunto de medidas anunciado pelo ministro Fernando Haddad no dia 27 de novembro de 2024.

Conseguimos, pela primeira vez, fazer uma proposta de ajuste das contas públicas que leve em consideração que quem ganha mais, paga mais. É o caso de limitar os super-salários e da Reforma da Previdência dos militares, extinguindo transferência de pensão, morte ficta, e elevando a idade mínima de aposentadoria progressivamente. Propusemos também maior igualdade entre os entes da federação, submetendo o crescimento do Fundo Constitucional do Distrito Federal à mesma regra dos demais fundos de desenvolvimento regional, que é a variação do IPCA. Criamos limitações à criação de benefícios tributários e reduzimos o ritmo do crescimento de emendas parlamentares, a um ritmo inferior do

restante do orçamento, fazendo com que ocupem cada vez menos espaço, retornando capacidade de administração para as políticas do Executivo.

No caso do salário-mínimo, a regra nova proposta pode limitar o crescimento em momentos de grande crescimento econômico, mas por outro lado, também é verdade que pela primeira vez passa a garantir um piso de crescimento real do salário mínimo acima da inflação, independente da conjuntura econômica. Vale lembrar que a Lei de Valorização do Salário-Mínimo só passou a valer em 2012 e que durante seus anos de vigência o crescimento médio real do salário mínimo foi de 2,1% ao ano. Antes disso, apesar das grandes valorizações, não havia lei que regrasse qual seria este crescimento, o que abria uma brecha para a manutenção ser interrompida a depender do governo que assumisse e da conjuntura. De fato, depois com a crise e com o teto a lei de valorização foi revogada. Nos anos de crise, em que o salário-mínimo ficou estável e até foi arrojado, uma Lei que garantisse o crescimento apesar da queda da atividade poderia ter sido um importante motor anticíclico para apoiar a recuperação econômica e, sobretudo, não permitir que a queda da atividade agravasse ainda mais as desigualdades. No caso do Benefício de Prestação Continuada, as alterações são direcionadas sobretudo ao combate de fraudes e garantia da destinação efetivamente para quem precisa. É importante garantir que todas as pessoas beneficiárias das políticas de transferência de renda tenham acesso com a maior velocidade possível às informações necessárias para o cadastramento e monitoramento dos benefícios, e o partido deve ser um veículo fundamental

destas informações.

Finalmente, e mais importante, não podemos deixar de lado que este conjunto de medidas foi anunciado junto da maior Reforma do Imposto de Renda já proposta neste país. A proposta vem para cumprir a promessa de campanha do Presidente Lula, de isentar quem ganha até R\$ 5 mil reais, cobrando mais de quem ganha acima de R\$ 50 mil por mês. Cumprindo o que defendemos e acreditamos de justiça tributária, bandeira histórica do PT, propusemos isentar 20 milhões de brasileiros e reduzir a alíquota de outros 16 milhões, cobrando mais de apenas 200 mil contribuintes do andar de cima.

“O Partido dos Trabalhadores surge da necessidade sentida por milhões de brasileiros de intervir na vida social e política do país para transformá-la.” Precisamos enfrentar os problemas reais e as condições materiais para transformar a realidade do país e de milhões de brasileiros. Estamos trilhando um caminho neste sentido: que seja claro em apontar uma agenda de desenvolvimento e de superação do subdesenvolvimento de longo prazo, através do Plano de Transformação Ecológica, da Nova Indústria Brasil e do Novo PAC; que retoma, expande e cria políticas sociais e transferências de renda, do Novo Bolsa Família ao Pé de Meia; e que não tenha medo de combater privilégios. É assim que vamos cumprir a promessa do Presidente Lula e nosso desafio de todos os dias: colocar o pobre no orçamento e o rico no imposto de renda. Estamos no rumo certo, construindo um país mais forte, eficiente e, acima de tudo, mais justo.

Ligia Toneto é economista, assessora da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda



Agência PT

Balanço: um período de gestão de alinhamento com os desafios do PT

Paulo Okamoto

Estamos vivendo um momento de instabilidade mundial em um mundo pós crise da globalização que está mais fragmentado, individualista e com o enfraquecimento dos organismos multilaterais. Neste cenário, os movimentos conservadores e da

ultra direita tendem a predominar como podemos ver na eleição de Trump nos Estados Unidos e no resultado da eleição na Alemanha.

Do ponto de vista geral, as guerras (entre Rússia e Ucrânia e o massacre desumano por parte de Israel na Faixa de Gaza e Líbano; as turbulências políticas na Coreia do Sul e a disputa da Síria) soma-se ao aumento da concentração de renda mundial, a ampliação do ca-

pital monopolista e seu ímpeto de renovação por mais lucro que tem transformado o mundo trabalho, as formas de sociabilidade, a cultura, entre outras áreas.

Aqui no nosso país, apesar de o presidente Lula resgatar todos os programas de governos anteriores, a valorização do salário mínimo e fazer o Brasil voltar a crescer, isso não tem sido suficiente para encantar a maioria da sociedade brasileira. Esta é a nossa principal preocupação para o projeto de

2026.

Como muitos de nós já apontamos, ganhar a eleição e o governo federal não pode ser considerado o nosso ponto de chegada. Após vencer por mais de 2 milhões de votos, ficou ainda mais nítido que precisamos estar permanentemente aptos à disputa de opinião pública e, principalmente, à necessidade de ter um projeto para o Brasil que seja claro e que dialogue com as expectativas e necessidades do povo brasileiro. É neste contexto em que a Fundação Perseu Abramo tem uma missão muito importante que é produzir conhecimento para transformar a realidade a partir da qualificação de seus dirigentes e militantes, quer seja, nacional, estadual e/ou municipal.

Para envolver cada vez mais o conjunto do Partido, durante este primeiro período de nossa gestão estivemos alinhados com os desafios definidos pela direção do PT e nossos esforços foram direcionados para capacitar os dirigentes e militantes seja com produções de conteúdo na comunicação; edições de livros e outras publicações, como a Teoria e Debate especial sobre a ditadura militar e cursos de formação que vão desde temas internacionais até sobre fé, política e democracia.

Através do nosso Núcleo de Pesquisas (Noppe), identificamos as principais debilidades que o Partido enfrenta quanto ao diálogo com o povo e sobre qual é o entendimento que o povo tem da imagem do PT. Realizamos uma pesquisa a respeito das percepções das camadas simpatizantes do PT e as razões dos setores da população que tem sinalizado a desaprovação do governo Lula. Neste final de ano estão em curso as entrevistas sobre as razões do voto nas eleições municipais de 2024.

Com as Fundações Maurício Graboys, Lauro Campos/Marielle Franco, Rosa Luxemburgo, investigamos sobre as classes trabalha-

doras no Brasil. A pesquisa procurou dimensionar aspectos da realidade do trabalho, o impacto das recentes reformas neoliberais e elementos da consciência de classe.

Para melhor compreender a realidade das mulheres, o Noppe concluiu, com o Sesc SP, a pesquisa sobre Mulheres no Brasil que revela novos dados de realidade e de consciência sobre o que é ser mulher no Brasil. Serão realizadas apresentações públicas em unidades do Sesc em SP, devendo ser estendidas a outros estados.

Terminamos o ano com a Editora lançando a coleção completa das resoluções dos congressos e encontros do Partido dos Trabalhadores (PT), reunindo os documentos fundamentais de 44 anos de história. Também lançamos “Democracia versus Neoliberalismo” que inicia uma coleção voltada para o avanço da crítica e da superação do neoliberalismo.

Sob coordenação da companheira Eleonora Menicucci apresentamos “Feminismo e o PT” condensando uma história coletiva fundamental. Também lançamos o quinto volume da coleção de Paul Singer, “Lições de Economia”, que reúne seu curso na Maria Antônia nos anos 1968 e o embate teórico com o neoliberalismo.

O Centro de Altos Estudos (CAE) esteve empenhado na elaboração de um caderno de subsídios e contribuições para os programas de governo e plataformas legislativas dos candidatos do PT às eleições municipais. Com a participação dos militantes que constroem os NAPP's (Núcleo de Acompanhamento de Políticas Públicas) elaboramos um caderno com propostas programáticas e, a partir dele, uma série de 25 (vinte e cinco vídeos) com resumo de cada eixo. Também colocamos em prática “o modo petista de fazer campanha” com a iniciativa de “Mentoria” para apoiar as candidaturas. Destas ações, fica o aprendizado

de que devemos iniciar o preparo de nossos candidatos e candidatas com mais planejamento e antecedência.

Ainda sobre a capacitação para a batalha eleitoral, fizemos o curso para os candidatos e candidatas composto por temas variados e um curso sobre comunicação política que devem ser aperfeiçoados e continuados.

Buscamos chamar a atenção dos dirigentes, militantes e filiados para três temas que aprendemos do quadro composto pelas nossas pesquisas: religião; segurança pública e a economia do Governo Lula e sua relação com os empresários de pequenos negócios.

Fizemos dois ciclos do curso “Fé, democracia e política”; constituímos um Grupo Temático sobre Religião; elaboramos uma Cartilha para apoiar os nossos candidatos com o diálogo com os evangélicos e fizemos uma série com depoimentos de lideranças que praticam a sua fé. Embora a esquerda tenha uma tradição de não refletir muito sobre o papel da religião na vida das pessoas, chamamos a atenção para a importância da religião para o povo brasileiro, que é um povo eminentemente cristão e, por isso, a sua prática de fé constitui a sua identidade, sendo uma referência de valores e para a vida.

O debate acerca da segurança pública também foi tema de um conjunto de iniciativas como: discussão no Napp com gestores, especialistas, trabalhadores da área e o setorial do PT; elaboração da Cartilha com proposta da área para as cidades; série de vídeos com lideranças da área e outra sobre o conteúdo através do mote “Família Segura. Essas ações fazem parte do trabalho de construção de uma proposta sobre segurança pública nacional que deve persistir para o próximo período de nossa gestão.

Isto porque muitas vezes tratamos a questão da segurança econômica, como bolsa família, aces-

so ao mercado de trabalho, mas a própria segurança física também tem uma importância grande para o povo pobre que mora em locais com muita violência. Quem mais sofre são as mulheres e os jovens negros. Portanto, é importante ter um discurso não só de denúncia, mas também de diálogo e proposições concretas e claras.

Iniciamos a elaboração de uma linha de diálogo com empresários de pequenos e médios empresários para demonstrar que a política de Lula faz com que o negócio e a vida dele prospere

e evolua.

Vamos continuar ampliando a nossa compreensão sobre os trabalhadores por conta própria e os empresários de pequenos negócios; como entendem seu trabalho; como se vêem, como constituem os seus valores; como fazemos para dialogar com esse público e convidá-los para ingressar no PT e construí-lo como espaço privilegiado de consciência e luta. Esse esforço deve contar com o apoio do Noppe, com a continuidade das pesquisas sobre a classe trabalhadora.

Estimulamos o Grupo Temático sobre Trabalho de Base que reuniu militantes de diferentes áreas que exercem esta metodologia em sua prática cotidiana. O GT elaborou uma cartilha intitulada

“Passo a passo para o Trabalho de Base” e também iniciou a formação de formadores. O próximo passo é a realização de um Programa de Mentoria e o lançamento de uma série de vídeos sobre o tema que já estão agendados para o início do ano.

Na formação, fizemos cursos para tratar temas como os desafios e soluções para o Desenvolvimento Nacional: Reconstrução e Transformação e organizamos o curso de extensão em parceria com a Universidade de Campinas. Ainda nesta área, ENFPT concentrou esforços na continuidade do Projeto Nova Primavera, que na

jornada deste ano inscreveu 5085 participantes dos quais 2891 participaram das oficinas nacionais realizadas por meio do Zoom e 1927 participaram nas Plenárias estaduais também realizadas pelo Zoom. A grande inovação deste ano foi a ênfase nas ações territoriais que alcançaram 1050 agendamentos com mais de 300 relatos computados por participantes em todo o Brasil. A outra iniciativa formativa de peso foi o curso de dirigentes do PT que começou a ser implantado em 2023 e no ano de 2024 acelerou muito com 1975 inscritos em todo o Brasil e a participação efetiva de 1.629 dirigentes de 12 Estados do País.

Também iniciamos o processo de formação das mulheres do PT que tem como ponto de partida uma pesquisa em que queremos saber qual é a necessidade de capacitação que elas mesmo julgam. Precisamos mudar a nossa postura e deixar de uma instituição “ofertante” de cursos sem levar em consideração as necessidades do nosso público, mas sim saber as demandas reais das dirigentes e militantes mulheres do PT para formular e massificar os processos de formação.

O Centro Sérgio Buarque de Holanda - Documentação e Memória Política da Fundação Perseu Abramo (CSBH/FPA) implementou seu planejamento nas áreas de Preservação do Acervo e Difusão da Memória. Essas duas frentes de trabalho se desenvolveram com a missão principal de organizar e divulgar a memória da luta do Partido dos Trabalhadores e da esquerda brasileira.

Com o objetivo de enriquecer as discussões políticas e oferecer conteúdo histórico contra hegemônico à militância petista, continuamos a promover atividades que contribuem para os debates sobre as efemérides da história contemporânea brasileira. O 60º aniversário do golpe militar foi a efeméride de destaque deste ano,

e nossa abordagem procurou lembrar a luta por democracia, os crimes e os prejuízos da ditadura militar. Consolidamos uma agenda diversificada, incluindo ciclos de debates, seminários, exposições, produção de textos, notícias, #tbt's (expressão usada na internet que relembra fatos e acontecimentos às quintas-feira) e outras ações voltadas à Difusão da Memória, abordando temas políticos cruciais que marcaram a trajetória de nossa história.

Em relação ao acervo, houve a continuidade dos trabalhos de preservação e digitalização, incluindo a recepção e organização do acervo de Luiz Gushiken e do Foro de São Paulo. Foi finalizado o projeto de cooperação com o Iberoarchivos, que resultou na digitalização de 3.000 documentos e na realização de 10 entrevistas de história oral de militantes que construíram a Secretaria Nacional de Combate ao Racismo, além da organização do acervo da Secretaria. Entre os projetos em andamento, destacam-se a Política de Desenvolvimento de Acervos e a elaboração do Guia do Acervo, previsto para 2025.

O projeto Reconexão com as Periferias realizou 4 (quatro) atividades voltadas ao debate sobre territorialização nas periferias e para contribuir com a difusão de conhecimento lançou dois livros abordando temas como violência, chacinas e a politização das mortes no Brasil e a difusão do livro Periferias no Plural. Além disso, estabeleceu uma parceria com a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), Fundação Friedrich Ebert (FES) e a Universidade de São Paulo (USP) para a edição do livro Periferias na Pandemia. Buscando ampliar a difusão de suas produções, apresentou o projeto para atores institucionais.

Já na área de cooperação internacional, promovemos atividades voltadas a debater a situação mundial, a política externa do governo

brasileiro e a política de relações internacionais do Partido dos Trabalhadores. Entre estas atividades, destacamos as reuniões semanais do Grupo de Conjuntura, as edições também semanais do programa televisivo Janela Internacional, as notícias e informações divulgadas na página da FPA, o diálogo permanente com Fundações de partidos políticos amigos e outras entidades internacionais, a colaboração com atividades do Diretório Nacional do PT, da Secretaria de Relações Internacionais do PT, a Secretaria Executiva do Foro de São Paulo e os Núcleos do PT no exterior.

Do ponto de vista político, enfatizamos atividades relativas a América Latina e Caribe, em particular relativas a Cuba, Venezuela, México, Argentina, Uruguai e Equador; atividades relativas a China e aos Estados Unidos; a Formação de Internacionalistas; o acompanhamento do G20, dos BRICS, da COP 30; e o apoio ao movimento de solidariedade à Palestina”.

Por falar em COP 30, reunimos no Napp Amazônia lideranças políticas, sociais e acadêmicas da região para iniciar a elaboração de subsídios da FPA e PT para a COP 30, importante momento para que possamos discutir o desenvolvimento sustentável, a geração de emprego e renda na região dentro da perspectiva do projeto nacional que defendemos.

Como podemos constatar, fizemos muitas atividades neste primeiro período de nossa gestão que buscam apoiar e capacitar nossos dirigentes e militantes. Entretanto, é preciso aprimorar nossa gestão e buscar conectar ainda mais as áreas para nos aproximar dos resultados que esperamos, formar ainda mais pessoas e ampliar a consciência do conjunto do PT.

Perspectivas: apoiar a construção de um PT que encante e mobilize acerca do nosso projeto de Brasil

O próximo período será espe-

cial e decisivo para os rumos do nosso Partido. Ano que vem vai acontecer a eleição da nova direção do PT, logo após este processo eleitoral municipal. Teremos como desafio ajudar a elevar a qualidade da discussão e eleição dos diretórios para elegermos uma direção forte e preparada para crescer o PT em número de filiados, militantes e lideranças das mais variadas áreas da sociedade e para dar conta dos grandes embates que teremos em 2026.

Também temos que nos preparar desde já para formar muitas pessoas, dirigentes que podem ser bons organizadores de campanha, bons candidatos, bons estrategistas, bons comunicadores, entre outras áreas essenciais para o nosso trabalho político.

Neste percurso será muito importante continuar os trabalhos que iniciamos, mas abrir processos de discussões sobre temas como o financiamento do Partido e o financiamento eleitoral; como podemos aprimorar a nossa democracia interna para que a gente tenha um PT mais democrático em que a base possa ter mais voz do que tem hoje e que possa participar dos processos decisórios, seja em nível nacional, estadual ou municipal.

Serão temas fundamentais que podem contribuir com o vigor e futuro do nosso Partido também: o papel dos portadores de mandatos na condução partidária; a gestão e transparência do PT; a questão de nossa ética política, a questão das tendências no fortalecimento e crescimento do Partido e a importância da comunicação e mobilização partidária.

Precisamos discutir melhor sobre como podemos contribuir com as lutas sociais e como podemos fazer para que o Partido também reflita quais são as práticas políticas que fazem com que o PT seja reconhecido pela vanguarda do povo brasileiro e dos militantes que atuam no movimento social.

Após a eleição da direção do PT, esperamos que a direção discuta o papel das suas instâncias, inclusive da Fundação Perseu Abramo, sobre as renovações necessárias do Estatuto, assim como a governança e a sua missão, fazendo com que tenhamos mais foco em nossos objetivos para os próximos anos.

Sobre os temas mais gerais, vamos buscar aprofundar as discussões estratégicas que compõem o nosso projeto nacional como: melhorar e ampliar o sistema de educação; fortalecer a nossa democracia; o aperfeiçoamento do sistema político brasileiro; o financiamento partidário brasileiro; a questão do clima e transição energética; os gargalos e soluções do desenvolvimento nacional; a proposição de Nova Indústria Brasileira; os desafios do combate à pobreza e miséria, entre outros temas.

Em 2025 teremos uma oportunidade para tratar alguns destes temas dentro da agenda da COP 30. Devemos aproveitar o evento para fazer debates públicos e elaborar uma proposta de desenvolvimento sustentável, geração de emprego e renda e apresentar perspectiva de futuro digno para os 30 milhões que vivem na região.

Como podemos ver, 2025 será um ano cheio de desafios que vão definir como entraremos em campo em 2026. Em meio a este cenário que vamos descortinar o nosso futuro sabemos que não podem faltar: conhecimento, debate, coesão, unidade e disposição política para construir um Partido que encante e mobilize o nosso Projeto Nacional e que esteja à altura dos desafios futuros do Brasil.

A seguir listamos as atividades planejadas pelas áreas da FPA para o próximo ano que será de muito trabalho.

Vamos juntos!

Um forte abraço

Paulo Okamoto

Presidente da Fundação Perseu Abramo

“O Brasil é forte o suficiente para priorizar seus interesses”

Deputado Federal pelo PT de São Paulo em seu oitavo mandato, o médico Arlindo Chinaglia foi eleito para presidir o Parlasul, Parlamento do Mercosul, em um momento histórico, quando acaba de ser firmado o acordo entre o bloco econômico e a União Europeia após mais de duas décadas de negociações. Ele já havia ocupado o posto de 2016 a 2017

Fernanda Otero

Quando perguntado sobre as críticas que o acordo do Mercosul com a União Europeia, celebrado no final deste ano, o deputado Chinaglia é certo e as recebe com tranquilidade. “Não existe acordo perfeito”, pondera.

Em entrevista à Focus, faz uma avaliação do seu primeiro mandato no cargo, analisa os pontos positivos do Acordo e comenta a possível reforma ministerial do governo Lula: “não tem um debate público, tem especulação”, declara.

Arlindo Chinaglia é médico

formado pela Universidade de Brasília (UnB) e presidente do Sindicato dos Médicos de São Paulo. Eleito Deputado Estadual em 1990, atualmente é Deputado Federal em seu sétimo mandato. Foi Presidente da Câmara dos Deputados no mandato de 2007 a 2009. No início do ano ele criou, na Câmara, uma subcomissão para acompanhar as negociações do acordo do Mercosul.

Acordo Mercosul e União Europeia

O anúncio final deu-se na 65ª Cúpula de Presidentes do Mercosul em Montevideu, com as pre-

senças dos presidentes Lula, do Brasil, Javier Milei, da Argentina, Santiago Sena, do Paraguai, Luis Lacalle, do Uruguai, e da chefe da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen.

Para o Brasil, o Acordo possui valor estratégico em diversos sentidos. A União Europeia é o segundo principal parceiro comercial do Brasil, com corrente de comércio, em 2023, de aproximadamente US\$ 92 bilhões. O Acordo deverá reforçar a diversificação das parcerias comerciais do Brasil, ativo de natureza estratégica para o país, além de fomentar a modernização do parque industrial brasileiro com a integração



Paulo Sérgio/Câmara dos Deputados

às cadeias produtivas da União Europeia.

Espera-se, da mesma forma, que ele dinamize ainda mais os fluxos de investimentos, o que deve reforçar a atual posição da UE como a detentora de quase metade do estoque de investimento estrangeiro direto no Brasil.

Parlasul

Em 1991, Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai iniciaram a integração do Cone Sul com o Tratado de Assunção, formando o MERCOSUL e prevendo a Comissão Parlamentar Conjunta para integrar os poderes legislativos.

Em 1994, o Protocolo de Ouro Preto estabeleceu a estrutura do Mercosul, incluindo essa Comissão.

Em 2003, um acordo facilitou a tramitação de questões legislativas necessárias ao Mercosul. Em 2004, surgiu a proposta de criar o Parlamento do MERCOSUL, que foi constituído em 2006 e instalado em 2007.

Inicialmente, eram 18 parla-

mentares por país, aumentando conforme acordos políticos e novos membros, como a Venezuela, integrada juridicamente em 2013 e plenamente em 2014. O Parlamento realiza sessões para promoção de debates e audiências sobre integração regional. A Bolívia está em processo de adesão, já participando das atividades do Parlamento. Parlamentares: 158 parlamentares - Argentina (43), Bolívia (13), Brasil (63), Paraguai (18), Uruguai (21). Orçamento (2023) - U\$ 2.900 milhões.

- Para começarmos, gostaria que o senhor fizesse uma análise das diferenças entre 2016 e este momento da sua eleição para a presidência do Parlasul pela segunda vez.

-Olha, a situação dos países mudou, a situação do mundo mudou, a economia se alterna. Então, por exemplo, nesse momento a Argentina enfrenta uma crise econômica muito grande, o Brasil mais uma vez felizmente é governado pelo presidente Lula,

no Uruguai felizmente há uma rotação, rotatividade de poder sem nenhuma crise, estou falando do Uruguai, né? A Bolívia agora também aderiu ao Mercosul, está em fases, digamos, burocráticas e exigências para que ela de fato componha, e no presente momento a Venezuela está afastada do bloco em decorrência das chamadas Cláusulas de Ushuaia, que levanta uma discussão a respeito de democracia. E, portanto, o que não alterou, eu diria significativamente, é o regramento do Parlasul. Por que eu faço essa referência? É que às vezes as pessoas não só percebem como reclamam de que a União Europeia, o Parlamento da União Europeia, tem muito mais poder do que qualquer parlamento regional da América Latina. Estou dizendo isso até para lembrar que existe a Eurolat, a Eurolat é, digamos, a parte europeia, ela é representada pelo parlamento europeu e a latino-americana nós somos cinco parlamentos regionais. Bom, então, o que que nós estamos aqui buscando refletir,

que eu acho que tem a ver com a sua pergunta, o que é que nós devemos fazer no Parlasul? O que é competência nossa, pensando, digamos, das vantagens que nós já temos?

- Acho que é bom também explicar isso, porque no Brasil, por exemplo, a gente não elege diretamente os deputados, não tem eleição direta. E na Argentina, por exemplo, não tem recurso financeiro e isso pode acabar afetando o desempenho dos deputados representando a Argentina. Existe alguma expectativa da sua parte de tratar desses temas também, já fazendo essa introdução do que você espera, de como foi e que você está encontrando?

- No Brasil nunca houve e eu sempre fui contra a eleição direta. Por quê? Veja, o papel do Parlasul tem a sua importância pelo fato de ser um parlamento regional. E neste parlamento regional a tratamos de questões da democracia, dos direitos humanos, da integração e do fortalecimento das relações comerciais. Nos países onde já tiveram eleições diretas, a imprensa começou a fazer críticas muito pesadas. Por quê? O resultado do trabalho do Parlasul é facilmente questionável, porque as pessoas ou não sabem ou agem com uma certa deslealdade, o poder do Parlasul é menor. Então, como é que funciona o Parlasul? Te dando um exemplo, quando eu lá cheguei, os mais antigos diziam, na época, que o Parlasul é independente. Porém, se o Mercosul quiser fechar o Parlasul, fecha, do ponto de vista regimental, não estou dizendo que seja conveniente ou que possa acontecer, mas só para dizer que não é independente. Segunda prova, nós podemos aprovar uma matéria relevante, mas ela será submetida aos estados-parte, ou seja, aos executivos de cada país. E se não houver concordância por parte dos esta-

dos membros do Mercosul, aquilo não vai adiante. Portanto, tem matérias que são facilmente percebidas como importantes. Então, nós temos a pandemia. A pandemia, digamos, não tem fronteira, porque as pessoas viajam, os animais circulam, e assim sucessivamente. Agora, quando nós estamos tratando de um tema que tem essa possibilidade, essa capacidade, ou essa inevitabilidade de pegar todos os países, então, é evidente que os parlamentos podem

O papel do Parlasul tem a sua importância pelo fato de ser um parlamento regional

trocar experiências, saber o que está funcionando bem e o que não está, e fazer denúncia. Então, por exemplo, quando se dá a pandemia no governo Bolsonaro, temos um espaço para criticarmos os absurdos do governo Bolsonaro. Estou falando da pandemia, mas também no aspecto democrático, também na tentativa de dar golpe. Então, cada delegação tem a oportunidade, e talvez o dever, de discutir os temas do seu país. Não

para atacar o país, mas para registrar. Eu sempre registro, nenhum governo representa toda a população. Então, nós não somos obrigados a defender tudo aquilo que está acontecendo em cada país. Não, se nós temos Bolsonaro, nós temos outra opinião. Nós estávamos disputando com o Bolsonaro. Como agora, eles tendem a disputar com o governo Lula. Então, isso é democrático. Portanto, essa é outra característica boa. O Parlasul, digamos, ninguém chega lá e fala que sou contra a democracia. Ainda não aconteceu. Agora, aliás, ninguém diz que é contra a democracia, mas age como se, de verdade, não fossem a favor da democracia. Então, é um espaço, eu diria, que também nos permite conhecer o nível dos interlocutores, para falar de forma bem direta e, muitas vezes, isso é próprio do Parlamento, mas eu estou dizendo que no Parlamento Regional também ocorre. Você tem lá, por exemplo, o grupo de esquerda, você tem lá conservador, você tem, enfim, grupos políticos, que também foi, de alguma maneira, uma certa cópia do que foi feito na União Europeia. Só que na União Europeia, eles não são tão variados, aqui, estão se multiplicando, não pelas qualidades, mas pelos vícios. Então, também tem os vícios do Parlamento, que não quero aqui dizer porque é desagradável, mas como presidente, eu quero, obviamente, tentar reformular alguns aspectos que entendemos precisam ser melhorados. Enfim, o Parlasul serve para ajudar a internacionalização de normas. Por quê? Elas são aprovadas na instância do Mercosul. Então, quando vem para o Parlasul, a gente, digamos, entre aspas, você aprende ou fica sabendo ou é anunciado aquilo que é do Mercosul. Mas no caso brasileiro e de outros países, aquilo tem que passar pelo Parlamento Nacional muitas vezes. Então, ao vir para

o Parlamento Nacional, nós já temos a informação e facilita. Ou seja, aquela oposição que, às vezes, age de forma dura em cada país, na medida que publicamente não pode, porque, às vezes, é uma regra boa, então, isso ajuda na internalização.

Agora, porque eu sempre fui contra a eleição direta? É que quem é eleito de forma direta tem menos poder objetivamente do que quem faz eleição indireta. Nós, do Brasil, somos deputados federais. Nós temos poder aqui no Parlamento brasileiro de votar, de decidir, de mudar, de pressionar. É muito maior do que quem é parlamentar só do Parlasul. Por que é assim? Pelo óbvio, o papel do Parlasul ainda é menor, digamos, no seu espaço, do que um Parlamento Nacional. Acho que eu já disse, mas vou reforçar. Sabe por que houve um recuo? Porque a mídia passava o tempo todo batendo, dizendo que a produtividade do Parlasul é muito pequena para se gastar tanto com uma delegação que lá está. Então, o senso de que ser um parlamento regional é mais importante, digamos, ele é mais abrangente nos temas. Mas agora, do ponto de vista dos poderes, os Parlamentos Nacionais têm mais poder.

- Deputado, você está tomando posse coincidindo com a posse do Javier Milei, que acabou de assumir a presidência rotativa. O que o senhor espera dessa convivência e também, concretamente, o senhor imagina que ele vai ter alguma interferência nas atividades do Parlasul, qual é a sua expectativa?

-Primeiro, ele já interferiu de forma bastante negativa, suspendendo, ou melhor, não realizando o pagamento das diárias e das passagens. Ele já interferiu. E aí nós temos um problema. A delegação argentina, uma boa parte dela, senão a totalidade, está, na

minha percepção, cometendo um erro tático. Porque eles querem incluir no orçamento do Parlasul a rubrica das diárias ou do salário dos parlamentares da Argentina. Bom, se eu estivesse no lugar do Milei e visse uma decisão dessas, aí é que eu me desobrigaria completamente. O plenário do Parlasul entendeu que o Parlasul deve pagar. Então, o pessoal está sem alternativa até o presente momento. Existe um isolamento dos parlamentares do Parlasul por-

Millei havia anunciado que sairia do Mercosul, mas já não fala mais isso. Ele não se opôs à assinatura do acordo União Europeia-Mercosul

que nenhum partido na Argentina, ninguém, cria um movimento óbvio de falar. Mas não é possível; eles foram eleitos. Eles são representantes populares. E, portanto, cabe ao Estado argentino fazer o pagamento. E isso gerou atrito. Estou dizendo aqui qual foi minha posição e a de toda a delegação brasileira. Nós não concordamos. Porque, senão, estamos trazendo para o Parlasul uma responsabilidade que não é nossa. Além de

você ter que desviar funcionários para tratar do assunto. E, se amanhã houver um problema relacionado ao dinheiro, isso vai recair sobre o prestígio, ou a falta dele, do próprio Parlasul. Agora, com relação aos interesses do próprio Mercosul, Milei havia anunciado que sairia do Mercosul, mas já não fala mais isso. Ele não se opôs à assinatura do acordo União Europeia-Mercosul e disse há pouco tempo que não precisa ser amigo do Lula para se relacionar com o Brasil, pois está defendendo os interesses da Argentina. Então, provocando um pouco, parece que ajustaram as estratégias de Milei e a nova abordagem está funcionando. No entanto, devemos tratá-lo com respeito. Fiz aqui uma brincadeira, pois ele disse que não negociava com comunistas, mas agora começou a negociar com a China. Isso reflete o que é típico da política: às vezes se diz uma coisa, mas se sabe que pode não ser viável. A relação com ele deve ser adequada ao seu papel como presidente da República Argentina. Por exemplo, conciliando com a questão que discutimos anteriormente, a primeira reunião da mesa diretiva do Parlasul está planejada para acontecer na Argentina. Buscamos ter audiência com o chanceler argentino e com o executivo da Argentina para discutir essa situação que não pode continuar. Também queremos dialogar com o parlamento argentino, pois é muito desagradável ter representações de vários agrupamentos políticos na Argentina e, de repente, enfrentar uma situação tão complicada. Milei anunciou na cúpula de presidentes a eliminação de barreiras tarifárias e não tarifárias ao comércio intrarregional, além de acordos de livre comércio, inclusive com os Estados Unidos. Esse primeiro ponto, sobre a remoção de barreiras, pode ser benéfico. No entanto, existe a questão da ta-



Reprodução/TV.PT

rifa externa comum, que é crucial para o funcionamento do Mercosul. Sem ela, negociações bilaterais com grandes economias como China e Estados Unidos, que possuem imensa capacidade produtiva, poderiam prejudicar nossas indústrias. Hoje, mais de 80% das exportações brasileiras para o Mercosul são de produtos industrializados, enquanto para a China é apenas 5%. Assim, a tarifa externa é central para a economia do Mercosul.

No acordo União Europeia-Brasil, houve redução de tarifas, mas não extinção. Negociações incluem cláusulas ofensivas e defensivas, como exportação de carne e produtos manufaturados, enquanto protegem mercados brasileiros, como compras governamentais, de produtos estrangeiros mais baratos. Imagina que as empresas que têm mais tecnologia tem um poder de escala muito maior, elas vão vender, digamos, para o Brasil produtos mais baratos do que se fossem fabricados

aqui. Essa não é a única variável de uma de uma equação. Nós queremos gerar emprego. No governo Lula, por exemplo, a compra de aviões envolvia transferência de tecnologia. A união aduaneira, que alguns membros do PSDB criticaram, é uma estratégia para solidificar o mercado comum. O Brasil é forte o suficiente para priorizar seus interesses. se quisesse por exemplo, priorizar os BRICS ou mesmo negociar com quem quer que seja, o Brasil é muito forte. Produtos industrializados são apenas parte do quadro. O Paraguai, por exemplo, usa o FOCEM para investir em infraestrutura e transportes, beneficiando todos os países do bloco.

A relativa ignorância sobre o que é um mercado como o Mercosul é preocupante. Quando eu era presidente da Câmara, aprovamos a entrada da Venezuela no bloco, mesmo diante de forte resistência. Realizamos a votação numa quinta-feira, após eu acertar um acordo com Antônio

Carlos Magalhães Neto, pois interessava ao PFL daquela época referendar a indicação de um representante ao Tribunal de Contas da União. Votamos sem precisar de votação nominal, através de encaminhamentos. Está mais do que provado que o Mercosul beneficia o intercâmbio comercial entre os países, especialmente para o Brasil, como o mais forte do bloco, mas também para os demais membros.

Aí as pessoas que não entendem ou que querem falar mal porque não sabem fazer outra coisa. Em dado momento, por exemplo, o presidente Lula atuou para evitar uma escalada, financiando linhas de transmissão no Paraguai. Completamos 50 anos do acordo de Itaipu no ano passado, e agora ele passará por correções já em discussão. Obviamente, quando se trata de interesses, não se ajuda apenas o outro; é sempre uma relação de benefício mútuo.

- Uma das cláusulas incluídas

no documento final apresentado no Uruguai é que dentro de 3 anos o acordo será revisto, mas ele ainda precisa passar pelo parlamento europeu vai e ser ratificado em cada país. O senhor acha que esse foi um bom termo para poder amenizar um pouco as críticas que ainda persistem com relação ao acordo?

- Não, veja as críticas são decorrentes de interesses contrariados ou que não tiveram todo o benefício esperado, então é inevitável. Nós estamos tratando de um acordo União Europeia-Mercosul que envolve 700 milhões de pessoas e a soma das economias é de U\$ 23 trilhões, então é um acordo comercial muito importante. Acredito que as críticas ou são políticas e quando são da economia é porque você tem que ceder em algum aspecto para você atingir outros objetivos, isso acontece com todo mundo, então não tem um acordo perfeito ninguém olha pra aquele acordo e fala que maravilha, só ganhamos evidente que não, agora a revisão de 3 anos é prudencial, você tem razão. Mas vamos ter que aprovar nos parlamentos nacionais na Europa. Se pegarmos o exemplo da França, eles estão contrários, e porque? Porque se comparar o subsídio que tem a agricultura deles e aquele que tem no Brasil, o Brasil invade a França. Se deixar sem tarifas, sem cotas, o Brasil invade praticamente quase qualquer país com os nossos produtos. Não vai acontecer porque eles não vão permitir, então a França não vai assinar o acordo nesta primeira fase, e nem nenhum país europeu vai assinar.

O Conselho da União Europeia é quem vai decidir e são necessários 15 países para aprovar e até onde eu consigo perceber nós teremos esses 15 e a maioria simples no parlamento europeu portanto também não é um quórum qualificado, é maioria sim-

ples, e maioria simples nos congressos nacionais. Para mim, se você falar assim, em uma síntese que talvez não seja adequada em terminologia, o acordo comercial vai ser realizado primeiro do que o chamado acordo político, pois aí vai entrar nos parlamentos regionais. Tem parlamentos até que talvez, em algum cantão, que vai ter que passar, e ali será um trabalho danado porque, se aquela região especificamente não tiver sido contemplada ou se tiver que fazer algum sacrifício

O Brasil é forte o suficiente para priorizar seus interesses

para que o conjunto cresça não vai faltar quem faça um discurso territorial, nacionalista etc, e é essa a sua importância, porque é um mercado robusto que vai ser benéfico para todos.

- Quanto à conjuntura nacional, o senhor tem alguma expectativa de que haja uma reforma ministerial ainda este ano e como é que o senhor está vendo esse ritmo acelerado do presidente Lula de não descansar,

como é que ele sai de uma cirurgia e vai dar uma entrevista para a Globo? Como médico qual é a sua opinião sobre isso?

-Eu vou responder na política, eu acredito que o presidente Lula acertou, por quê? Ele não iria ali se tivesse riscos. Quando ele teve que se internar, e ele relatou isso, obviamente ficou preocupado, e foi, não ia correr riscos. Agora, na entrevista, pela condição política, ele deu a entrevista pois podia dar, para, na política exatamente, combater os absurdos, as mentiras e as fake news que são continuadas. Durante o fim de semana me mostraram, e eu tomei um susto, enquanto eu estava no interior, que o Lula teria que passar pela terceira cirurgia. Eu disse, como? A notícia era de que a Janja estava chorando desesperadamente e a pessoa que me falou, eu conheço desde o século passado, portanto, eu acreditei, e ele acreditava no que me dizia. Eu pedi que ele me mostrasse onde saiu. Aí, estava na rede social em um veículo que eu não conhecia. Eu fiz o óbvio, fui verificar em outros noticiários do Brasil, e não tinha nada, era mentira. Por isso eu entendo que ele fez bem, ele prestou contas à sociedade de qual é o estado dele. É obrigação de um presidente da república prestar contas sobre seu estado de saúde e Lula nunca escondeu nada sobre isso. Ele já passou pelo tratamento do câncer e agora, com esse evento, ele não esconde, parabéns para o Lula! Quanto à reforma ministerial eu tenho que tomar cuidado porque esse não é um debate público, não tem um debate público, tem especulação. O jornalista pode, eu não. O jornalista ouve este, ouve aquele aquele informalmente, em off e aí sobra tiro para todo lado. Você me perdoe, mas aí eu vou ter que me apoiar na imprensa não é isso? Vai ter uma reforma ministerial? Qual vai ser? Eu já não sei. Até aqui, é tudo especulação da imprensa. ■



Rafael Nascimento/MS

Novas estratégias de controle do mosquito da dengue serão ampliadas para todo o País, diz Nísia

A afirmação foi feita durante ação do Dia D de mobilização contra a doença. Ministério da Saúde fez chamamento nacional para ações nas cinco regiões do Brasil

Com informações do Ministério da Saúde e da AgênciaGov

A ministra da Saúde, Nísia Trindade, participou no último sábado (14/12) do Dia D de Mobilização contra a Dengue em São Cristóvão, no Rio de Janeiro, quando falou das formas de controle do mosquito *Aedes aegypti* que vêm sendo utilizadas em vários estados do País. Entre eles, o método Wolbachia que im-

pede o desenvolvimento dos vírus da dengue, zika, chikungunya e febre amarela, ajudando a reduzir a transmissão dessas doenças.

Segundo a ministra, a pasta pretende dar uma escala nacional a essas medidas. “Novas estratégias de controle do mosquito estão sendo implementadas nos estados, e iremos ampliá-las para todo o País”, afirmou. Nísia Trindade reforçou também a importância da participação ativa da sociedade para o sucesso das ações e para a proteção da saúde pública.

Durante visita à Clínica da Família São Sebastião, no Caju, a ministra acompanhou atividades de conscientização e eliminação de focos do mosquito. “Receber bem os agentes do Sistema Único de Saúde (SUS) é fundamental para que a prevenção seja eficiente”, enfatizou.

Em todo o País, Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e Agentes de Combate às Endemias (ACE), devidamente uniformizados e identificados, estão visitando as residências para orientar famílias e auxiliar na eliminação de cria-



douros do mosquito. Além disso, ações educativas e mutirões de limpeza vêm sendo realizados nas comunidades.

Dia D nas cinco regiões do País

Gestores do ministério estiveram presentes em diversos estados do Brasil para reforçar a importância da mobilização contra a dengue. Em Porto Alegre, esteve presente a secretária de Vigilância em Saúde e Ambiente, Ethel Maciel. Na Bahia, o secretário-adjunto de Vigilância em Saúde e Ambiente, Rivaldo Venâncio, representou a pasta. Em Minas Gerais, o secretário de Atenção Especializada à Saúde, Adriano Massuda, participou das ações. O secretário de Atenção Primária à Saúde, Felipe Proença, esteve em Goiás. No Distrito Federal, a presença foi da coordenadora-geral de Vigilância de Arboviroses, Lívia Vinhal. O diretor do Departamento de Emergências em Saúde

Pública, Edenilo Barreira, esteve na mobilização no Ceará. No Maranhão, as ações contaram com a participação do coordenador da Força Nacional do SUS, Rodrigo Stabelli. Em Sergipe, o representante do ministério foi o secretário-adjunto de Atenção Primária à Saúde, Jerzey Timóteo. No Amapá e no Pará, estiveram, respectivamente, a diretora do Departamento de Doenças Transmissíveis, Alda Maria da Cruz, e a diretora do Instituto Evandro Chagas, Lívia Carício.

Plano de ação e investimento ampliado

O Plano de Ação 2024/2025 do Ministério da Saúde visa reduzir casos e óbitos por arboviroses, com um investimento de R\$ 1,5 bilhão, o que representa um aumento de 50% em relação ao ciclo anterior. Entre as ações estão:

Novas tecnologias: uso de métodos inovadores, como o Wolbachia e mosquitos estéreis;

Vacinação: garantia de doses para o público-alvo;

Testagem: ampliação de insumos laboratoriais;

Controle vetorial: distribuição de inseticidas e biolarvicidas.

Cenário atual

Dados do Boletim InfoDengue indicam um aumento contínuo nos casos da doença, especialmente nas regiões Sul e Sudeste. Minas Gerais, Paraná e Distrito Federal estão entre os estados mais afetados.

Campanha nacional

O Ministério da Saúde reforça a segunda fase da campanha nacional de conscientização, que traz o slogan “Tem sintomas? A hora de ficar atento à dengue, zika e chikungunya é agora”. A campanha incentiva a população a buscar atendimento nas Unidades Básicas de Saúde (UBS) ao identificar sintomas como febre, manchas vermelhas no corpo e dores atrás dos olhos. ■



Ipespe: 59% dos brasileiros têm certeza de que houve tentativa de golpe

Estudo do Instituto de Pesquisas Sociais, Políticas e Econômicas feito a pedido da AGU revela também que 70% da população veem a democracia sob risco

Agência PT

Enquanto os brasileiros aguardam o desenrolar das investigações sobre a intencionalidade bolsonarista contra o Estado Democrático de Direito, uma pesquisa realizada pelo Observatório da Democracia da Advocacia-Geral da União (AGU) e pelo Instituto de Pesquisas Sociais, Políticas e Econômicas (Ipespe), com o suporte da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), revelou que 59% da população afirmam ter certeza de que o país sofreu uma recente tentativa de golpe de Estado. O estudo mostra também que, para 70% dos entrevistados, a demo-

cracia está sob ameaça.

Segundo a pesquisa, o regime democrático é o preferido de 70% dos brasileiros. Além disso, 81% dos entrevistados concordam que, apesar das vicissitudes, ele continua a ser a melhor forma de organização da sociedade.

Outro dado relevante é que 77% creem que, na democracia, é possível encontrar soluções para as questões nacionais. No entendimento de 58% dos ouvidos pela sondagem, somente o atual sistema político seria capaz de erradicar a corrupção.

Intitulada ‘A democracia que temos e a democracia que queremos’, a pesquisa foi realizada neste mês. O Ipespe conversou com três mil pessoas de todo o Brasil. Sobre o significado da democra-

cia, elas responderam assim: “liberdade” (40%); “igualdade” (22%); “direitos” (19%); “participação” (10%); “voto” (4%).

O advogado-geral da União, Jorge Messias, defendeu as estatísticas como ferramenta para se promover o debate qualificado acerca das aspirações da população. “A partir dessas pistas, nós teremos condições de discutir com as demais instituições da sociedade brasileira, da sociedade civil, setores econômicos, instituições republicanas, como os poderes Judiciário e Legislativo”, definiu.

Enfrentamento da extrema direita

Em relação às fake news, 69% dos brasileiros dizem que elas atrapalham, confundem e prejudicam muito durante as eleições. Na opinião de 70% dos entrevistados, tanto o Whatsapp quanto as demais redes sociais deveriam ser reguladas por leis que restrinjam a circulação de mentiras.

O adjunto de Messias, procurador federal Paulo Ceo, mencionou “uma necessidade de reformas e maior transparência, maior engajamento dos cidadãos e medidas eficazes para combater a disseminação de desinformação”.

“Embora exista um forte apoio ao sistema democrático, uma considerável insatisfação com seu estado atual e um risco percebido de ameaças à sua estabilidade são aparentes”, pondera o procurador.

Professor do Ipespe e coordenador da pesquisa, Antonio Laveda lembrou que a democracia é “um processo de construção permanente”. “Levantamentos como esse ajudam a dimensionar as conquistas, bem como as expectativas não realizadas e não atingidas ainda pela sociedade”, explicou. ■

Da Redação, com IPESPE



Ricardo Stuckert/PR

Parlamentares do PT comemoram alta hospitalar de Lula após cirurgia

Pelas redes sociais, petistas enaltecem a força e o compromisso do presidente com o povo brasileiro, após o próprio Lula ter aparecido de surpresa na entrevista para demonstrar que está totalmente recuperado

Parlamentares da Bancada do PT na Câmara comemoraram pelas redes sociais a alta hospitalar do presidente Lula, anunciada em entrevista coletiva à imprensa no domingo (15) pela equipe médica que o assistiu no hospital Sírio-Libanês, em São Paulo. Os petistas enaltecem a força e o compromisso do presidente com o povo brasileiro, após o próprio Lula ter aparecido de surpresa na entrevista para demonstrar que está totalmente recuperado da cirurgia a que foi submetido nesta semana,

manifestando estar bem-disposto e determinado a trabalhar pelo bem do povo brasileiro.

O líder da Bancada, Odair Cunha (MG), escreveu no X (ex-Twitter): “Feliz por vê-lo recuperado e pronto para continuar cuidando do povo brasileiro, presidente @LulaOficial”. A publicação tem vídeo com trechos da fala na entrevista à imprensa.

O líder do Governo na Câmara, deputado José Guimarães (CE), também em sua conta no X, lembrou que a trajetória de Lula, mesmo nos momentos difíceis de sua vida, é um exemplo para o País. “Presidente Lula recebeu

alta hospitalar neste domingo, após um procedimento bem-sucedido. Sua força, coragem e compromisso com os brasileiros seguem sendo uma fonte de inspiração para todos nós. Que a sua trajetória de luta e dedicação continue sendo um exemplo de liderança e resistência”, disse.

Já a presidenta nacional do PT, deputada Gleisi Hoffmann (PR), lembrou que durante a internação de Lula, “os agourentos do mercado e seus porta-vozes na mídia” continuaram apostando contra o Brasil através da especulação com o dólar e aumentando ainda mais os juros. No entanto, a petista ressaltou que assim como o presidente surpreendeu com sua rápida recuperação também vai resistir à pressão de setores minoritários que só pensam em seus próprios lucros.

Especuladores do mercado

“Os agourentos do mercado e seus porta-vozes na mídia continuam apostando contra o país, especulando com o dólar e programando uma recessão via alta ainda maior dos juros. E ainda querem culpar o presidente Lula por tudo de ruim que eles desejam e planejam. Como se não estivessem no comando da política monetária do BC nesses dois anos e não estivessem por trás da inércia criminosa frente o ataque especulativo contra o real. Como se não fossem responsáveis pelas indecentes isenções tributárias que sangram o país e aumentam a concentração de renda”, escreveu Gleisi.

Ela completou: “Mas Lula já mostrou que sabe resistir às pressões e vai surpreendê-los mais uma vez, como fez neste domingo, recebendo alta antes das melhores expectativas e deixando o hospital cheio de disposição para governar. Apostar contra o Brasil nunca deu certo com Lula no comando”, escreveu Gleisi em seu perfil no X. ■

VEM AÍ



PT 45 ANOS

Reserve na agenda

21 E 22 DE FEVEREIRO - RIO DE JANEIRO - ARMAZÉM DA UTOPIA

GARANTA SUA HOSPEDAGEM E PASSAGEM ANTECIPADAMENTE

Anote na agenda: evento dos 45 anos do PT será nos dias 21 e 22 de fevereiro, no RJ

Celebração do aniversário do partido vai acontecer no Armazém da Utopia, no centro da capital fluminense

Vem aí o evento dos 45 anos do Partido dos Trabalhadores. Será nos dias 21 e 22 de fevereiro, no Armazém da Utopia, centro da cidade do Rio de Janeiro.

Vai ser uma celebração muito especial, para comemorar o aniversário do partido que construiu uma longa história de luta pelos direitos do povo, de defesa da democracia e de construção de um Brasil mais justo.

A inflação dos alimentos e a visão dos mercados

Pelas redes sociais, petistas enalteceram a força e o compromisso do presidente com o povo brasileiro, após o próprio Lula ter aparecido de surpresa na entrevista para demonstrar que está totalmente recuperado

Beto Faro

O governo está enfrentando na gradação devida os reais entraves na oferta que pressionam os preços dos alimentos para que isso não restrinja às políticas pela melhoria de vida dos brasileiros, observa Faro

Os avanços consideráveis na economia e nos indicadores sociais do país nos dois primeiros anos do terceiro governo Lula têm gerado um fenômeno esperado, altamente virtuoso e, ao mesmo tempo, preocupante. Trata-se do incremento da demanda alimentar num contexto de desarranjos na oferta de alguns produtos por razões as mais variadas, algumas delas, com ocorrência de longa data.

Imaginem os impactos imediatos e substanciais na demanda alimentar, somente do fato de em um único ano (2023) 8.7 milhões de pessoas terem saído da condição de pobreza e outras 3.1 milhões rompido a fronteira da extrema pobreza!

Para o IBGE, que revelou essa conquista notável na pesquisa Síntese de

Indicadores Sociais 2024, a queda na pobreza em 2023 foi resultado, principalmente, do dinamismo no mercado de trabalho e do aumento na cobertura de benefícios sociais.

Então temos os brasileiros melhorando a renda e, portanto, com milhões saindo da fome e da pobreza, e passando a pressionar um mercado de alimentos que, em grande medida, por razões de opção política do passado, apresenta deformações e limitações para a oferta de alguns produtos essenciais. Resulta desse confronto demanda x oferta, um quadro persistente de instabilidade nos preços da comida que não é disseminado, mas que incide em grupos importantes de alimentos.

Por meio do plano safra o governo vem atuando firmemente para corrigir essas anormalidades face os seus desdobramentos socioeconômicos e políticos sistêmicos.

Um dos desafios da abordagem do problema tem sido o acerto no diagnóstico. O tal mercado, aquele que rejeita o Lula em 90%, em total desalinho com o que pensa a população brasileira conforme a mais recente pesquisa Quaest, garante que o câmbio é a principal causa da inflação dos

alimentos.

A centralidade atribuída ao câmbio simplifica um fenômeno complexo, e assim incorrendo em equívocos que comprometem o seu enfrentamento.

O fato é que temos fatores estruturais e circunstanciais que em níveis variados definem a dinâmica dos preços dos alimentos, no caso. Entre estes, os preços internacionais, câmbio, custos de produção, o incremento da demanda pelo aumento da renda das camadas mais pobres da população, sazonalidades, sinistros da produção (climáticos/sanitários) controle oligopólico do comércio internacional, concentração econômica do varejo no mercado doméstico, qualidade e gestão das políticas públicas, afora práticas especulativas próprias em situações de escassez.

Temos no caso brasileiro, alimentos nucleares da nossa dieta com vínculos marginais ou laterais com o mercado externo, afetados em suas ofertas e preços por fatores estruturais que geraram trajetória de longo prazo de encolhimento das suas áreas plantadas com a ocupação das mesmas por produtos nobres do agronegócio exportador.

Por suposto o câmbio impacta os preços dos alimentos. Todavia, ao se analisar o comportamento das cotações médias do dólar e a do IPCA da alimentação no domicílio, no período de janeiro de 2023, a outubro de 2024, constata-se que em 14 dos 22 meses da série, IPCA e dólar variaram em sentidos opostos. Em outros casos, de variações positivas do dólar e do IPCA, este apresentou variação discreta para a forte variação do dólar.

Em suma, para que solucionemos o problema da inflação dos alimentos precisamos de diagnósticos corretos. O “mercado” tem um ‘olhar viciado’; não consegue perceber os problemas estruturais do país. O governo está enfrentando na gradação devida os reais entraves na oferta que pressionam os preços dos alimentos para que isso não se restrinja às políticas pela melhoria de vida dos brasileiros. Que não seja um recorte da tal capacidade potencial da economia. ■

Beto Faro é líder do PT no Senado



Israel anuncia que fechará embaixada em Dublin, na Irlanda

O Ministro das Relações Exteriores de Israel, Gideon Saar, de-

clarou no domingo, 15/12, que a embaixada israelense localizada em Dublin, na Irlanda, será fechada e que o país teria ultrapassado “todos os limites em suas relações com Israel”. O anúncio veio depois de a Irlanda decidir apoiar o processo da África do Sul contra Israel no Tribunal Internacional de Justiça (TIJ), que acusa Israel de genocídio contra o povo pales-

tino.

O primeiro-ministro irlandês, Simon Harris, manifestou-se sobre a decisão do governo Netanyahu no X e declarou-se “desapontado”, pois “manter os canais abertos nunca foi tão importante para compreender a posição de cada lado, ainda que com discordância”. O chefe de governo rechaçou a “alegação de que a Irlanda é anti-Israel” acrescentando que “a Irlanda é a favor da paz, dos direitos humanos e da lei internacional”.

“A Irlanda deseja uma solução de dois Estados e que Israel e Palestina vivam em paz e segurança. A Irlanda sempre defenderá os direitos humanos e a lei internacional. Nada nos desviará disso”, escreveu. Em 2024, Irlanda, Espanha, Eslovênia e Noruega reconheceram formalmente a soberania palestina.



Itália concede cidadania a Javier Milei

O governo da Itália concedeu cidadania ao presidente da Argentina, Javier Milei, com base em seu sobrenome italiano, gerando reações negativas de políticos da oposição.

De acordo com a Agência Reuters, a oposição destacou o contraste entre o tratamento dado a Milei e as dificuldades enfrentadas por crianças nascidas na Itália de pais imigrantes. A decisão gerou indignação nas redes sociais.

As leis de cidadania da Itália são baseadas em laços de sangue, o que significa que até mesmo descendentes distantes de cida-

dãos italianos podem reivindicar a cidadania italiana, contrastando com os requisitos para estrangeiros nascidos em solo italiano ou aqueles que migram para o país cujas leis são muito mais rigorosas.

A lei atual exige que estrangeiros residam na Itália por 10 anos antes de solicitar a cidadania, e até mesmo crianças nascidas na Itália de pais estrangeiros devem esperar até completarem 18 anos para se candidatar. A Oxfam Itália têm pressionado por uma redução no período de espera para alinhar-se a outros países da UE, como França e Alemanha, o governo da primeira-ministra de direita Giorgia Meloni se opôs firmemente a tais mudanças, informou a All Jazeera.

Jovens chineses mudam de comportamento para driblar algoritmo

Os usuários da chinesa Sina Weibo, a segunda maior rede social do país, começam a adotar novos comportamentos para driblar os algoritmos, informa o site Global Times. A rede social que possui mais de 600 milhões de usuários é bastante popular entre

o público jovem. Seus posts possuem em média 140 caracteres, imagens e assuntos do momento, os chamados trending topics.

De acordo com reportagem do site, um número crescente de jovens está disfarçando suas personas para combater a alteração de preços impulsionada por algoritmos e conseguindo obter preços mais justos. O tópico “os jovens estão começando a estranhar a discriminação de preços baseada em big data” viralizou, com a discussão ocupando o segundo lugar no domingo, 15/12.

Um usuário de uma agência de viagens online escreveu repetidos

comentários do tipo “as passagens estão muito caras”, e conseguiu reduzir o preço de uma passagem aérea de ¥ 4.309 para ¥ 1.903 yuan. Os reguladores de internet e mercado da China intensificaram os esforços para coibir o uso ilegal de dados pessoais por plataformas para fins lucrativos.

A Administração do Ciberespaço da China realiza estudos para lançar uma campanha conjunta com o objetivo de purificar o ambiente online e aprimorar a governança sobre questões de algoritmos nas principais plataformas de rede que deverá ser lançado até 14 de fevereiro de 2025.



Chanceler alemão, Olaf Scholz, perde voto de confiança do parlamento

O chanceler alemão Olaf Scholz não conseguiu maioria para barrar o voto de desconfiança no parlamento, abrindo caminho para sua dissolução e novas eleições nacionais. Scholz obteve 207 votos no parlamento de 733 assentos, bem distante da maioria de 367 necessária para permanecer no poder.

Já era esperado que o líder alemão perdesse a votação, realizada após o colapso da conturbada coalizão tripartite do governo devido a polêmicas quanto à política fiscal. O próprio Scholz apoiou uma eleição geral antecipada, mas havia especulações de que o partido de extrema-direita Alternativa para a Alemanha (AfD) planejava

sabotar a antecipação das eleições votando para que Scholz permanecesse contra sua vontade.

Scholz agora pedirá ao presidente Frank-Walter Steinmeier que dissolva o parlamento e convide formalmente para novas eleições, que devem ocorrer dentro de 60 dias e estão previstas para o dia 23 de fevereiro.

Setor cultural é contemplado na Reforma Tributária

Entre as mudanças, ingressos e direitos autorais também foram submetidos à redução de 60% dos impostos

MinC

Mais uma vitória para o segmento cultural brasileiro. O Senado Federal aprovou, na última quinta-feira (12), o primeiro projeto de lei complementar destinado à regulamentação da Reforma Tributária (PLP 68/2024), instituída em

2023. O projeto cria as regras que vão viabilizar o Imposto sobre Valor Agregado (IVA) dual, com a substituição de cinco tributos (ICMS, IPI, ISS, PIS e Cofins) por três: Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), de nível federal; Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de nível estadual e municipal; e Imposto Seletivo, de nível federal. A transição para o novo modelo tributário acontece gradualmente, entre 2026 e 2033.

Entre as mudanças, aprova-

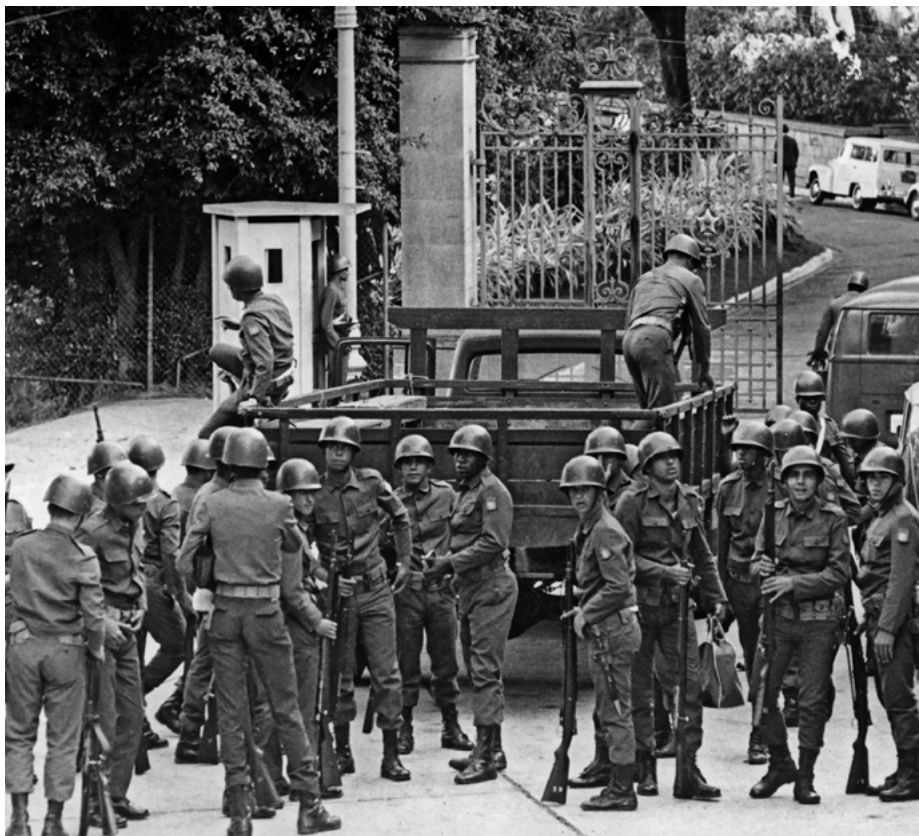
das pelos senadores, o relator da proposta, senador Eduardo Braga, acrescentou à lista de alíquota reduzida em 60% produções artísticas, culturais, incluindo as atividades das artes cênicas, e audiovisuais nacionais. Incluindo, ainda, serviços de sonorização, iluminação, figurino, serviços de apresentação e promoção de atuações artísticas, inclusive gestão de espaços. Ingressos e direitos autorais também terão alíquota reduzida.

“A economia da cultura e das indústrias criativas do Brasil movimentou R\$ 230,14 bilhões, equivalente a 3,11% do Produto Interno Bruto (PIB). Essa potência econômica merece uma atenção especial. Por isso, estamos comemorando essa grande vitória dentro da Reforma Tributária. Agradeço aos parlamentares e entidades culturais que se uniram a nós e contribuíram para essa conquista, fruto de um esforço conjunto”, destacou a ministra Margareth Menezes.

“Nós conseguimos construir um regime diferenciado para as artes e cultura, diminuindo impostos. Essa aprovação no Senado Federal reconhece a cultura como um elemento dinamizador na geração de emprego e ampliação de renda dos trabalhadores culturais”, completou o secretário-executivo do MinC, Márcio Tavares.

“Nós tivemos uma vitória extraordinária do setor cultural dentro da reforma tributária que contou com o trabalho intenso da ministra da Cultura, Margareth Menezes, além de uma grande articulação entre entidades culturais, associações e parlamentares”, destacou o chefe da Assessoria Especial de Assuntos Parlamentares e Federativos do Ministério da Cultura (MinC), Amauri Teixeira.

Agora, o texto retorna à Câmara para análise dos deputados e depois segue para sanção presidencial. ■



13/12/1968

AI-5 confere poder total aos militares

Na noite de 13 de dezembro, o ministro da Justiça, Luís Antônio da Gama e Silva, anuncia ao país em rede de rádio e TV o Ato Institucional nº 5 – uma lista de 12 artigos brutais que liquidava de vez com os resquícios do Estado de Direito e das liberdades democráticas no país. A partir daquela noite, o general presidente Arthur da Costa e Silva passava a ter poderes para fechar o Congresso – o que fez imediatamente –, as Assembleias e as Câmaras Municipais, de intervir nos governos estaduais e prefeituras e de afastar ministros do Supremo Tribunal Federal – o que viria a fazer nas semanas seguintes.

O general presidente podia cassar mandatos e suspender direi-

tos políticos de qualquer cidadão pelo prazo de dez anos, proibir qualquer pessoa de se manifestar sobre assuntos políticos, afastar servidores estáveis e decretar o confisco de bens de indivíduos ou empresas. Tudo isso sem possibilidade de apreciação pela Justiça.

A mais grave das medidas suspendia o direito a habeas corpus “nos casos de crimes políticos, contra a segurança nacional, a ordem econômica e social e a economia popular”. Todo cidadão ficou sujeito a ser preso por agentes do Estado, sem acesso a recurso.

O “golpe dentro do golpe” vinha sendo urdido dentro do governo ao logo do tumultuado ano de 1968, com a conivência silenciosa de Costa e Silva. A negativa

da Câmara ao processo de cassação do deputado Márcio Moreira Alves (MDB) foi apenas o pretexto da crise militar e política que culminou na decretação do AI-5.

O texto, redigido por Gama e Silva, já estava pronto quando o general presidente convocou uma reunião do Conselho de Segurança Nacional, no Palácio das Laranjeiras, residência oficial do presidente no Rio. Dos 24 participantes – entre ministros civis e chefes militares, além do chefe do SNI –, apenas o vice-presidente Pedro Aleixo manifestou-se contrário ao ato.

A maioria dos membros do Conselho justificou o AI-5 como necessário para “preservar a revolução” e “a ordem democrática”, que estariam ameaçadas pela “subversão comunista”. “Se não tomarmos essa medida, amanhã vamos apanhar na cara”, disse o chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, Orlando Geisel. “Eu já havia solicitado essa medida (...) Vossa Excelência foi tolerante por demais”, disse o chefe do SNI, Emílio Garrastazu Médici. “As favas os escrúpulos de consciência”, disse o ministro do Trabalho, Jarbas Passarinho. Costa e Silva encerrou a reunião, proclamando: “É do interesse nacional dar um basta à contrarrevolução”.

O AI-5 não tinha prazo de vigência. Vigorou por dez anos, período em que cerca de 1.500 pessoas sofreram cassação e afastamento do serviço público e 950 filmes e peças foram proibidos. Mais de 10 mil cidadãos foram presos, milhares torturados – dos quais 1.843 ousaram denunciar a tortura nos tribunais militares – e pelo menos 390 foram assassinados. Tudo em nome “do interesse nacional”.



14/12/2009

Cidadania digital é tema de evento no DF

Realiza-se em Brasília a 1ª Conferência Nacional de Comunicação (Confecom), com o tema "Comunicação: meios para a construção de direitos e de cidadania na era digital". Participam do evento 1.684 delegados, distribuídos entre sociedade civil (40% dos delegados), empresários do setor (40%) e poder público (20%).

A conferência foi marcada pelo debate sobre a necessidade de uma pactuação entre empresas de comunicação, comunicadores, organizações da sociedade civil e entidades governamentais, de modo a garantir a liberdade de expressão e a democratização da informação numa época marcada pela convergência de mídias.

Entretanto, seis das oito or-

ganizações empresariais que faziam parte da comissão organizadora decidiram não comparecer ao evento, que contou, além das ONGs, com representantes da sociedade civil e do poder público, com empresas de telecomunicações e com uma das duas entidades de representação das TVs privadas.

A conferência recolocaria a comunicação social na agenda do país, e seus participantes elaborariam mais de 600 resoluções como resultado do debate. Alguns dos principais consensos construídos no evento foram:

- a criação de conselhos de comunicação nos âmbitos federal, estadual e municipal;
- o combate à concentração

econômica;

- o estímulo à pluralidade e a novas vozes na mídia;
- a regulamentação econômica do setor;
- o fortalecimento do financiamento do sistema público;
- a não criminalização de rádios comunitárias;
- o incentivo à produção e veiculação de conteúdo local.

Nenhuma das propostas aprovadas na 1ª Confecom poderia ser objeto de censura prévia.

A partir dos debates da 1ª Confecom, o governo federal elaboraria proposta de anteprojeto de um novo marco regulatório das comunicações, que, no entanto, nunca foi encaminhado ao Congresso.



15/12/1959

Sudene combaterá a indústria da seca

O presidente Juscelino Kubitschek cria a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), subordinada diretamente à Presidência, e nomeia o economista Celso Furtado como seu superintendente. A criação do órgão tem como base o estudo “Uma política de desenvolvimento do Nordeste”, elaborado por Celso Furtado em 1958, quando esteve à frente do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste.

A iniciativa representava uma ação do governo para evitar novos flagelos como o do ano anterior — a maior seca do século 20 até então. A região, historicamente relegada a segundo plano nos projetos de desenvolvimento, havia assistido ao desemprego e ao êxodo rural, que espalhou milhares de flagelados pelas cidades.

Furtado coordenaria o órgão até o golpe de 1964, exceto pelo breve período em que assumiria a pasta extraordinária do Planejamento (1962-1963).

À frente da Sudene, Furtado seguiria a estratégia traçada em

seu livro “A Operação Nordeste”, de 1959, a partir do diagnóstico de que o assistencialismo governamental no combate à seca apenas privilegiava os grandes proprietários e estimulava a corrupção. O novo órgão federal pretendia ser um aparelho de administração eficaz, com conhecimento prático e teórico e atuação direta nos locais mais atingidos pela seca.

Protegida das injunções políticas que vinham transformando a ação governamental no Nordeste em combustível para a “indústria da seca”, a Sudene tentaria integrar a região ao esforço de industrialização e dinamização da economia do país, de forma a reduzir as disparidades regionais e, no território nordestino, a brutal desigualdade social.

O plano de desenvolvimento incentivaria a produção de alimentos e a agricultura de subsistência, contemplaria uma política de irrigação abrangente, estimularia a agropecuária e promoveria melhores condições de emprego à população marginalizada. Ou seja, a Sudene combateria o fator

climático e os interesses políticos com uma estrutura produtiva eficaz.

O plano de ação original da Sudene foi colocado em prática de 1959 a 1964. Uma de suas prioridades era solucionar o problema da migração. Nesse período, em parceria com o Incra, seria criado um núcleo de colonização no Maranhão, com o objetivo de evitar que enormes contingentes populacionais migrassem das regiões afetadas pela seca, engrossando o número de desalojados nas periferias dos grandes centros.

A criação da superintendência foi fruto também de um intenso debate, que envolveu empresários, representantes da esquerda e membros da igreja católica.

Para a intelectualidade, ela representava a possibilidade de intervir numa realidade que submetia o Nordeste à extrema pobreza, enquanto outras regiões enriqueciam, e de lidar com um quadro de aguda injustiça social, em que grande parte da população era relegada à miséria, enquanto poucos concentravam poder e dinheiro. Essa intervenção teria o benéfico efeito político de subtrair poder das oligarquias regionais que dominavam a política nacional.

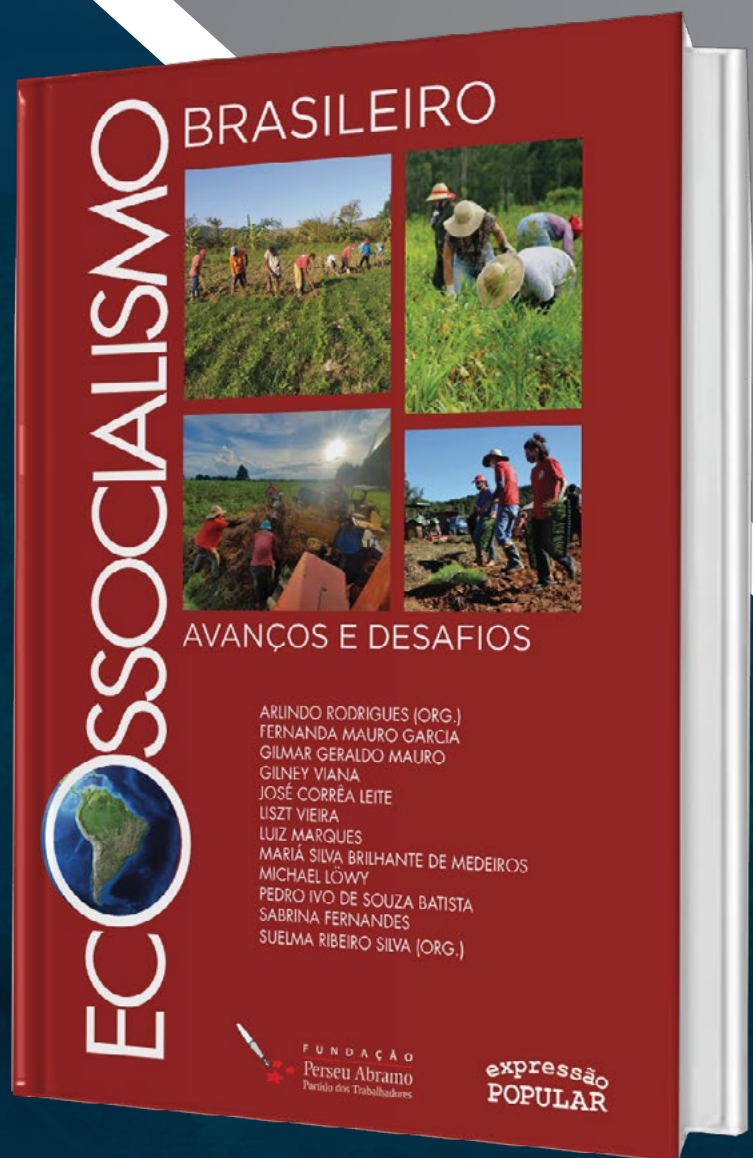
A partir do golpe de 1964, a Sudene seria submetida ao Ministério do Interior, perdendo autonomia, recursos, capacidade de ação e estrutura administrativa — e, principalmente, seu idealizador, Celso Furtado —, até ser extinta, em 2001, sob acusações de clientelismo.

Esta seção é fruto da parceria entre o Centro Sérgio Buarque de Holanda, da FPA, o Memorial da Democracia e o Instituto Lula. Envie suas sugestões por e-mail para memoria@fpabramo.org.br

memorialdademocracia.com.br

SAIBA MAIS SOBRE A **LUTA AMBIENTAL** INTERNACIONAL E BRASILEIRA

A segunda edição do livro **Ecosocialismo brasileiro – avanços e desafios** é uma leitura necessária! A realidade da crise climática nos obriga a encontrar respostas para a consolidação de um modelo de desenvolvimento voltado para a melhoria da qualidade de vida, distribuição de renda, acesso a serviços essenciais e a preservação das condições da regeneração ambiental.



ACESSE A VERSÃO ELETRÔNICA:

fpabramo.org.br/publicacoes/estante/ecossocialismo-brasileiro-avancos-e-desafios

Edição impressa
disponível nas
livrarias ou na loja
virtual da coeditora,
Expressão Popular.



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

expressão
POPULAR